

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Mariana Pereira Castro Figueira

**COMUNIDADE SURDA DA FRONTEIRA,
EXPERIÊNCIA “*COMPARTIDA*”**

Santa Maria, RS
2016

Mariana Pereira Castro Figueira

**COMUNIDADE SURDA DA FRONTEIRA,
EXPERIÊNCIA “*COMPARTIDA*”**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação Especial, Mestrado em Educação Especial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Educação Especial**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Leandra Bôer Possa

Santa Maria, RS
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Pereira Castro Figueira, Mariana
Comunidade Surda da Fronteira, Experiência
\"Compartida\" / Mariana Pereira Castro Figueira.- 2016.
103 p.; 30 cm

Orientador: Leandra Bôer Possa
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, RS, 2016

1. Comunidade Surda 2. Experiência Visual 3.
Compartilhar 4. Fronteira 5. Identidades I. Bôer Possa,
Leandra II. Título.

Mariana Pereira Castro Figueira

**COMUNIDADE SURDA DA FRONTEIRA,
EXPERIÊNCIA “COMPARTIDA”**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação, Mestrado em Educação Especial, da Universidade Federal da Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Educação Especial**.

Aprovado em 15 de Julho de 2016:

Leandra Bôer Possa, Dr.^a (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Márcia Lise Lunardi-Lazzarin, Dr.^a (UFSM)

Lodenir Becker Karnopp, Dr.^a (UFRGS)

**Santa Maria, RS
2016**

Agradecimentos

[...] Quem? O quem da amizade não é o próximo, o semelhante, mas aquele ao qual se chega a chamar de amigo na própria experiência da relação de alteridade: deixando vir o outro como outro, como o outro que me faz o possível sair de mim mesmo e que, ao mesmo tempo, é “condição da minha imanência” [...] compreende-se como essa “relação sem dependência” que “passa pelo reconhecimento da estranheza comum, que não nos permite falar de nossos amigos, mas tão somente falar-lhes”, como “jogo do entendimento” no qual se mantém “a distância infinita, esta separação fundamental a partir da qual aquilo que separa se converte em relação”. “Distância ou intervalo que impede dispor do outro, nos pontos “em relação a um com o outro na diferença e às vezes no silêncio da palavra.”¹

Recrio caminhos nada lineares e um tanto sinuosos em meus encontros e desencontros. Recrio esse caminho em cada um de vocês, para falar aos amigos e agradecer, por de alguma maneira terem em algum momento atravessado a minha vida, e assim também, a escrita desta dissertação. Esforço-me para com as palavras deixar transparecer a experiência destas relações, para mim tão caras, que me cobro citá-las aqui para agradecer-lhes.

A minha amiga e orientadora, Leandra Bôer Possa, agradeço primeiramente pela coragem em se desafiar e desafiar-me, agradeço por deixar “vir o outro como outro” e a partir deste encontro me dar a possibilidade de dizer/escrever outras e novas coisas que penso agora, e repensar as verdades ditas e estabelecidas. Agradeço por ter me dado a mão ao trilhar um caminho da “imanência” neste encontro.

As minhas amigas e colegas do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Especial (GEPE), da Universidade Federal de Santa Maria, agradeço pelos momentos acadêmicos que passamos juntas, eles ultrapassaram os livros, os congressos, as reuniões e os artigos. Obrigada pelo tempo que dividiram comigo: Denise Ferreira da Rosa e Alana Mohr, e as colegas Beatriz Gattermann, Natasha Souto França, Patrícia Albuquerque Bragamonte, Martiele Souza Rodrigues, Dinara Mattana e Cíntia Schlindweis; e um agradecimento especial à professora Maria Inês Naujorks.

A Denise Ferreira da Rosa um agradecimento especial, por ter sido mais que uma colega, te chamo hoje de amiga!

¹ Derrida, (2011, apud LARROSA & SKLIAR, 2011, p. 63).

Ao meu amigo, colega e parceiro de trabalho Cristiano Pereira Vaz, graças à experiência do nosso encontro na Fronteira foi possível pensar e produzir muitas das coisas que digo agora. Obrigada por essa amizade que nos atravessa, pelo “reconhecimento da estranheza comum”. Obrigada pela sua atuação ativista-militante junto à Comunidade Surda da Fronteira.

As professoras Márcia Lazzarin, Lodenir Karnopp e Elisete Tomazette, agradeço por me darem a mão como parceiras para pensar a temática que trago nesta dissertação sobre uma Comunidade Surda da Fronteira e sua experiência “compartida”, ao aceitarem compor a banca examinadora. Agradeço também as professoras Vera Marostega e Melânia de Melo que também colaboraram com este trabalho durante a fase de qualificação do projeto de pesquisa.

Ao professor Leonardo Peluso da Universidad de la Republica del Uruguay (UDELAR), gracias por todo! Gracias pela atenção, pelas nossas conversas em bom Português, pelo carinho que também dedica as temáticas que emergem dos encontros na fronteira Uruguai/Brasil. Gracias pelas colaborações e por ter me ajudado a pensar a LIBRALSU, agradeço também a Juan Andrés Larrinaga que se fez amigo também nesta caminhada.

Faço aqui um agradecimento especial à Professora Márcia Lazzarin que me possibilitou ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado em Educação Especial; nos nossos encontros e desencontros ela desafiou-me a me reinventar, “como o outro que me faz o possível sair de mim mesmo”, e proporcionou-me um encontro que foi da ordem da imanência, com minha orientadora Leandra Bôer Possa, o que possibilitou-me trilhar outros caminhos.

Agradeço à Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, Campus Santana do Livramento, a confiança e o investimento no meu trabalho, seja ao apoiar os projetos desenvolvidos junto à comunidade surda, seja ao incentivar os servidores à capacitação.

Quero agradecer também, a Comunidade Surda da Fronteira, a todos; aos surdos, as famílias, as professoras, as maestras, por participarem ativamente das atividades desenvolvidas na UNIPAMPA. Obrigada por me possibilitarem dar espaço aos discursos desta comunidade, produzidos no compartilhar. Gracias!

Aos amigos pai e mãe, Aimoré Belmonte e Ruth Castro, meus primeiros amigos, os mais sonhadores, pois sonham os sonhos deles em mim e os meus neles. Sempre acreditam e sempre me levam a ir mais longe, obrigada! Obrigada

pela vida, obrigada por me darem as condições de chegar aqui e a possibilidade de sonhar sempre mais.

A minha amiga, mãe, colega, parceira de trabalho Ruth Pereira Castro; queria seguir os teus caminhos, mas descobri que eles serão sempre novos. Então, te agradeço por me deixar, não andar atrás dos teus passos, mas ao teu lado, sonhando e construindo coisas novas!

Aos meus irmãos: Priscila Castro, Vinicius Castro e Yasmim Pereira um obrigada especial por compartilharem comigo a vida, obrigada por constituírem junto comigo esta família fora de alguns contornos.

Obrigada Mateus Figueira, amigo e marido por me apoiar em todos os momentos...

Por último, e mais importante, ofereço essa escrita ao meu pequeno acadêmico, que já nasceu em meio aos livros: Murilo Castro Figueira.

Certa de que muito tenho a agradecer, mas que as palavras não conseguem dizer de toda minha gratidão, falo aos amigos aqui no “jogo do entendimento”, onde nem tudo precisa ser dito com palavras; mas, “às vezes no silêncio da palavra”.

Obrigada!

RESUMO

COMUNIDADE SURDA DA FRONTEIRA, EXPERIÊNCIA “*COMPARTIDA*”

AUTORA: Mariana Pereira Castro Figueira

ORIENTADORA: Leandra Bôer Possa

No Campo dos Estudos Culturais em Educação, Estudos Surdos, este trabalho de dissertação toma o sujeito surdo na condição da diferença linguística, tendo como referência de relação com o mundo, com os outros e consigo mesmo, a experiência de ser falante de uma língua de sinais possível através da experiência visual. Busca produzir um afastamento da tradição da Educação Especial e colocar-se na condição de, pelas práticas discursivas pensar a surdez como “invenção”. Intenta, pela análise de materiais produzidos pelos surdos no Projeto de Extensão “Produção de Artefatos da Cultura Surda na Fronteira” 2015, dar configuração a constituição de uma Comunidade Surda da Fronteira não representada como unidade, mas em seu movimento singular, num fazer-se compartilhado. É possível pensar nessa comunidade “*compartida*” tendo em vista o encontro de surdos fronteiriços, localizados territorialmente na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, nas cidades-gêmeas de Santana do Livramento e Rivera. Para tal empreendimento sistematiza-se uma materialidade – conjunto de narrativas surdas, dos materiais formados para este trabalho – para analisar a partir delas os modos como os surdos enunciam suas identidades culturais para que se constituam nessa Comunidade Surda da Fronteira. Tomo essas narrativas a partir da noção de uma experiência de ser falante de uma língua de sinais possível através da experiência visual compartilhada/*compartida* que tem produzido modos de vida e vontades de “ser surdo” na fronteira e de ser surdo em uma comunidade surda. Essa materialidade analisada produz uma rede discursiva de uma comunidade surda que não consegue se dizer brasileira ou uruguaia, uma comunidade surda composta por pessoas com identidades produzidas num contexto de negociação da/na fronteira entre o que é ser surdo em seu país de nascimento e a necessidade de reconhecimento cultural, de pertencimento a algo que é da ordem vivida nos encontros nesta “zona de contato”. Na análise foi possível identificar cinco aspectos que estão inventando esta comunidade surda: um movimento diaspórico movimentado por uma busca dos surdos pela escolarização, considerando a especificidade da experiência visual como constitutiva do surdo; os espaços e lugares de encontro da comunidade, entre eles as instituições de ensino na fronteira como espaços que proporcionam o encontro e articulação desta comunidade; uma agenda de lutas, sendo as manifestações políticas mobilizadas em conjunto em defesa da língua de sinais e das identidades surdas; um sentimento de pertencimento a comunidade como um discurso de resistência e estranheza em que os surdos se narram fora de um “padrão surdo de ser”, e, uma última categoria, uma nova constituição que é própria dessa Comunidade Surda da Fronteira, sendo essa, da ordem do acontecimento, produzida no compartilhar e longe do entendimento de consenso, um “artefato cultural linguístico”, uma língua de sinal compartilhada na fronteira, produzindo neste interstício a diferença.

Palavra-chave: Comunidade surda. Experiência visual. Compartilhar. Fronteira. Identidades.

RESUMO

COMUNIDAD SORDA DE LA FRONTERA, EXPERIENCIA “COMPARTIDA”

AUTORA: Mariana Pereira Castro Figueira

ORIENTACIÓN: Leandra Bôer Possa

Desde el Campo de los Estudios Culturales, Estudios Sordos, esta tesis considera la persona sorda en la condición de diferencia lingüística, teniendo como referencia de sus relaciones con el mundo, con los demás y consigo mismo, la experiencia de ser hablante de una lengua de señas posible a través de la experiencia visual. Busca producir un alejamiento de la tradición de Educación Especial y pone en condiciones, por las prácticas discursivas, pensar la sordera como "invención". Intenta, por el análisis de los materiales producidos por los sordos en el Proyecto de Extensión "Producción de Artefactos de la Cultura Sorda en la Frontera" 2015, configurar la constitución de una Comunidad Sorda de la Frontera que no está representada como una unidad, pero en su movimiento singular, al hacerlo "*compartida*". Se puede pensar, en esta comunidad "*compartida*" en vista de un encuentro de sordos fronterizos; territorialmente ubicados en la frontera entre Brasil y Uruguay, en Santana do Livramento y Rivera ciudades gemelas. Esta investigación sistematiza una materialidad: - conjunto de narrativas sordas entre otras, materiales realizados para este trabajo - para analizar las formas como los sordos enuncian sus identidades culturales para que se constituyan como Comunidad Sorda de la Frontera. Tomo estas narrativas de la noción de una experiencia visual "compartilhada" / compartida que ha producido modos de vida y voluntad de "ser sordo" en la frontera y ser sordo en una comunidad de sordos. Esta materialidad analizada produce una red discursiva de una comunidad sorda que no consigue decirse de Brasil o de Uruguay. Una comunidad de sordos compuesta por personas con identidades producidas en un contexto de negociación de y en la frontera entre lo que es ser sordo en su país de nacimiento y la necesidad de reconocimiento cultural de pertenencia a algo que es del orden vivido en las reuniones en esta "zona de contacto". En este análisis fue posible identificar cinco aspectos que están elaborando esta comunidad sorda: un movimiento diaspórico movido por la búsqueda de los sordos por la escolarización, considerando la especialidad de la experiencia visual como constitutiva del sordo. Los espacios y lugares de encuentro de la comunidad, entre ellos las instituciones de enseñanza en la frontera, como espacios que proporcionan el encuentro y la articulación de esta comunidad; una agenda de luchas, siendo las manifestaciones políticas movilizadas en conjunto en defensa de la lengua de señas e de las identidades sordas; un sentimiento de pertenencia a la comunidad como un discurso de resistencia e extrañeza en que los sordos se narran fuera de un "padrón sordo de ser" y una última categoría, una nueva constitución que es propia de esta Comunidad Sorda de la Frontera, siendo esta del orden del acontecimiento, producida en el compartir y lejos del entendimiento de consenso, un "artefacto cultural lingüístico" una lengua de señas compartida en la frontera, produciendo en este intersticio la diferencia.

Palabra clave: Comunidad sorda. Experiencia visual. Compartir. Frontera. Identidades.

LISTA DE FIGURAS

Fotografia 1 - Painei "Brasil/Uruguay – CASA – LIBRAS/LSU"	12
Fotografia 2 - Metáfora do Pau de Fitas.....	36
Fotografia 3 - Parque Internacional, Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY)	51
Fotografia 4 - Feira Binacional do Livro 2013 (BRASIL/URUGUAI)	56
Fotografia 5 - Visita a <i>Escuela 105</i>	68
Fotografia 6 - Movimento Setembro Azul	76
Fotografia 7 – LIBRALSU	84

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CAMINHOS E EFEITOS	16
2.1	DESLOCAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	20
3	OUTROS CAMINHOS E EFEITOS	22
3.1	OS CAMINHOS DA PESQUISA.....	25
3.1.1	As narrações e a experiência de si	28
3.2	COM QUEM CAMINHEI PARA FALAR SOBRE A PESQUISA	41
4	OS CONTORNOS E MOVIMENTOS DA COMUNIDADE	45
4.1	O LUGAR DA COMUNIDADE	47
4.2	A FRONTEIRA	49
4.3	UMA COMUNIDADE SURDA QUE COMPARTILHA	52
5	AS PESSOAS DO LUGAR E A COMUNIDADE SE CONSTITUINDO	58
5.1	O DISCURSO DOS SURDOS FRONTEIRIÇOS	61
5.1.1	Movimento diaspórico	62
5.1.2	Espaços e lugares de encontro da comunidade	72
5.1.3	Agenda de lutas da Comunidade	75
5.1.4	Pertencimento a comunidade surda	78
5.1.5	Línguas de Sinais Compartilhadas	82
5.1.5.1	<i>Breves considerações sobre as línguas de sinais em contato na fronteira</i> ..	88
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS	98
	ANEXO A - MODELO DO TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO	103

Fotografia 1 - Painel “Brasil/Uruguay – CASA – LIBRAS/LSU”²



Banco de dados do Projeto de Extensão PACSF³, 2.08 Sem. Final Língua e Identidade Surda na Fronteira 08.12.2014, foto 2.08 (1)

² Painel em tecido de algodão pintado à mão livre com tinta guache, sob a proposta de desenho livre, pintado pela Comunidade Surda da Fronteira, pelos alunos extensionistas que integravam o Projeto de Extensão, Curso “Produção de Artefatos da Cultura Surda da Fronteira” 2014, durante a oficina desenvolvida no dia 14/11/2014 sob a Coordenação de Mariana Figueira e Cristiano Vaz.

³ A sigla PACSF é usada para se referir ao Projeto de Extensão Produção de Artefatos da Cultura Surda na Fronteira, desenvolvido na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Campus Santana do Livramento.

1 INTRODUÇÃO

Ao retomar várias e inúmeras vezes a leitura e a escrita desta dissertação, senti a necessidade de introduzir brevemente a temática antes de dar início a escrita do trabalho. Esta introdução tem como meta localizar o leitor dentro do contexto que escrevo e do jogo de palavras que uso para dissertar.

Começo então com o título deste trabalho: Comunidade Surda da Fronteira, Experiência “*Compartida*”, trago a palavra “*compartida*”⁴ do espanhol, que em português pode ser traduzida como compartilhar, como um “entendimento comum” (BAUMAN, 2003), para fazer um jogo de palavras entre o português e o espanhol; dizendo assim, um pouco, deste espaço fronteiriço constituído histórica e geograficamente como uma fronteira entre o Brasil e o Uruguai; pois o que vou escrever e dizer parte da análise de experiências com uma comunidade surda, na qual venho atuando há três anos, o que faz com que esta escrita esteja marcada pelas experiências neste lugar, fazendo com que eu me sinta como uma fronteira que escreve a partir da fronteira.

Ao dizer que trago a fronteira a partir da ótica da pessoa que vive neste lugar, tomo as palavras de Heidegger, e entendo que a “fronteira não é o ponto onde algo termina, mas, [...] uma fronteira é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente. (Heidegger, apud BHABHA, 2013, p. 19).

E é este algo que começa a se fazer presente que intento trazer para esta escrita ao utilizar a palavra *compartida*, e com este jogo de palavras fazer ver um movimento que emerge na fronteira, a Comunidade Surda da Fronteira que se constitui na temática deste trabalho.

É neste “entre-palavras” entre o português e o espanhol, ou *Portuñol*, que intento fazer ver este “entre-lugar” (BHABHA, 2013, p. 20) que se constitui a partir do encontro entre duas comunidades surdas que vivem entre o Brasil e o Uruguai, sendo possível pensar em uma Comunidade Surda da Fronteira em sua experiência *compartida*, tendo em vista o encontro de surdos fronteiriços, localizados territorialmente na fronteira, nas cidades-gêmeas de Santana do Livramento e Rivera.

⁴ Palavras em espanhol serão recorrente no texto, elas aparecerão destacadas em *Itálico*.

Ao utilizar o conceito de “cidades-gêmeas” remeto a Portaria nº 125, de 21 de Maio de 2014, do Ministério da Integração Nacional, que estabelece:

Art. 1º- Serão considerados cidades-gêmeas a Integração s os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com a localidade do país vizinho, assim como manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

Discorrerei no desenvolvimento desta dissertação sobre esta experiência compartilhada dos surdos que habitam este lugar e utilizarei a palavra *compartida* para atribuir sentido a algo que se compartilha e se produz na fronteira, como um espaço intersticial, “essa passagem intersticial entre identificações fixas abre a possibilidade de um hibridismo cultural que acolhe a diferença sem uma hierarquia” (BHABHA, 2013, p. 23).

Durante a escrita vou me referir aos sujeitos surdos que vivem neste lugar, nesta fronteira político geográfica, como sujeitos que vivem “na” fronteira; porém tomarei para as coisas que são produzidas por estes sujeitos neste lugar, na experiência do encontro na fronteira e das coisas que são próprias desta comunidade, como sendo algo “da” fronteira.

Trago a fronteira como uma passagem intersticial entre duas comunidades surdas que “apesar de suas constituições diferentes, uniram-se em causa comum” (BHABHA, 2013, p. 21), em uma experiência de ser falante de uma língua de sinais, uma língua viso-manual compartilhada na fronteira e produziram neste contato uma experiência de si e novas formas de ver, entender e se relacionar com o mundo através das línguas de sinais que falam, inclusive produzindo outras e novas formas de falar e se produzir no mundo.

Com a produção deste trabalho, falo de uma comunidade surda que não consegue se dizer brasileira ou uruguaia, uma comunidade surda composta por pessoas com identidades produzidas num contexto de negociação na/da fronteira entre o que é ser surdo em seu país de nascimento e a necessidade de reconhecimento cultural e educacional, de pertencimento a algo que é da ordem vivida nos encontros nesta “zona de contato” (BAUMAN, 2013 p. 34).

Apresento-lhes pois a partir dos próximos capítulos minha trajetória e os

caminhos que me capturaram a pensar estas questões, a partir dos quais tive a possibilidade de, neste momento, pensar a temática que encampo, sobre uma Comunidade Surda da Fronteira e sua Experiência “*Compartida*”.

2 CAMINHOS E EFEITOS

Preferiria dar-me conta de que, no momento de falar, uma voz sem nome me precedia desde há muito: bastar-me-ia assim deixá-la ir, prosseguir a frase, alojar-me, sem que ninguém se apercebesse, nos seus interstícios, como se ela me tivesse acenado, ao manter-se, um instante, em suspenso. Assim não haveria começo; e em vez de ser aquele de onde o discurso sai, estaria antes no acaso do seu curso, uma pequena lacuna, o ponto do seu possível desaparecimento. (FOUCAULT, 1970, p. 1)

Através das palavras tento rever acontecimentos, pensar e dar sentido ao que me afeta, através da “experiência/sentido”, a experiência como um acontecimento, como um encontro que me desassossega, marca-me e me faz tentar encontrar um modo de pensar/narrar esta dissertação.

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece (LARROSA, 2002, p. 21).

Certamente são acontecimentos revistos com o olhar do presente que podem contar um pouco sobre a minha verdade, sobre como venho constituindo-me pesquisadora; os caminhos escolhidos a partir dos efeitos de verdades que me trouxeram até aqui.

Traço esta trajetória para delimitar e, de certa forma fazer ver, como me produzi para encontrar-me com certos interesses. Como me envolvi com alguns questionamentos que me capturaram e levaram-me a escolher tal pesquisa.

Tarefa desafiadora: parar, pensar, dizer e encontrar-me ou inventar-me como produtora de minha história pessoal e profissional e como pesquisadora. Tarefa tão complexa, quanto deleitosa; poder se ver e dizer de si mesma: de onde venho, por onde andei, com quem caminhei e onde desejo ir como produtora de pesquisa e, conseqüentemente, produtora de histórias e verdades; para então entender-me como “sujeita” nessas relações.

Dizer de mim como profissional/pesquisadora não como confissão, mas como construção, podendo compreender como fui produzindo-me assim e não de outros modos.

Acredito que durante minha formação, desde os trabalhos desenvolvidos para a graduação em Licenciatura Plena em Educação Especial pela Universidade

Federal de Santa Maria (2009)⁵ e, mais especificamente, durante o trabalho de conclusão de curso desenvolvido junto com o estágio final, estive inclinada a direcionar meus estudos para a área da educação de surdos. Nesses estudos aprendi a trabalhar com essa temática, mirando os processos que constituem os sujeitos e produzem modos de ser surdo: como a língua, a cultura e a identidade.

No trabalho desenvolvido no estágio final de curso, realizado no ano de 2009; na Escola Municipal Especial de Ensino Fundamental Helen Keller de Educação Especial para Surdos⁶, no Estado do Rio Grande do Sul, movimente-me pela pesquisa da questão: como a surdez é produzida na subjetividade surda, nas histórias de vida dos sujeitos surdos. Para pensar sobre isso utilizei-me da noção de “Contramemória” - “uma nova experiência de liberdade, a partir da qual se torna possível os surdos imaginarem outras representações para narrarem a própria história do que significa ser surdo” (SKLIAR, 2013, p. 30).

Ainda, nesta noção, a possibilidade de uma reconstrução histórica do discurso homogeneizador dentro da instituição escolar; os surdos contando suas verdades, produzidas a partir das representações culturais na construção de uma identidade surda.

Tratei naquele momento de olhar as histórias de vida dos surdos durante o processo de escolarização para descrever as relações entre poder-saber, a produção de verdades que se naturalizam como realidade dada para se dizerem surdos. Verdades que se “instauram e se revelam em práticas discursivas e não discursivas” (VEIGA-NETO, 2014, p. 127), dentro de um conjunto de possibilidades limitadas que movimentam modos de ser surdos e de dizerem sobre si próprios.

Na ocasião, a pesquisa foi desenvolvida paralelamente a proposta de intervenção pedagógica de estágio supervisionado em educação de surdos, da graduação em Educação Especial. Um estágio que aconteceu na mesma escola onde desenvolvi a pesquisa e com os mesmos sujeitos surdos, tendo como referência, da prática pedagógica, os saberes socioantropológicos da surdez.

Saberes que narram os surdos como sujeito de uma identidade porque produtores e produzidos pela experiência visual, “neste caso trata-se de traços que – diferentemente das representações médicas que demarcam a falta da audição –

⁵ Licenciatura Plena em Educação Especial: Surdez, Déficit Cognitivo e Dificuldades de Aprendizagem pela Universidade Federal de Santa Maria, modalidade de educação a distância (EaD) no Polo de Santana do Livramento.

⁶ Escola Municipal Especial de Ensino Fundamental Helen Keller, Caxias do Sul, RS.

frisam a surdez com a presença do olhar” (LOPES, 2007, p. 52).

Aquilo que me movia na pesquisa, a surdez e o sujeito surdo, eram efeito de outras práticas discursivas que não inscritas na tradição da Educação Especial que toma a surdez como deficiência nominada, como falha, defeito ou falta de audição, mas uma outra prática discursiva que emergiu da relação de saberes sócio-antropológico-culturais possibilitando pensar a constituição de um sujeito da diferença linguística.

Na relação com os saberes socioantropológicos da surdez foi possível operar o pensamento para o entendimento de que o surdo colonizado pela língua do ouvinte foi, na cultura ouvinte, narrado como sujeito deficiente, ressaltando-se a dificuldade na capacidade de comunicação e sendo representado socialmente como incapaz, doente e passível de normalização via oralização.

Na perspectiva de relação desses saberes sócio-antropológico-culturais, passei a entender o surdo como uma minoria linguística e cultural, rompendo “com a concepção de surdez arraigada à deficiência” (LOPES, 2007, p. 9); e entendendo a surdez longe do traço negativo, parafraseando Skliar (2013); não como um desvio da normalidade ou diversidade que mascara normas etncêntricas e serve para conter a diferença; mas, diferença por sua vez, como uma construção “histórica e social, efeito de conflitos sociais, ancorada em práticas de significação e representações compartilhadas entre os surdos”, pensando a surdez como “diferença política” (LOPES, 2013, p. 107), a surdez como uma invenção.

A surdez é uma grande invenção. Não estou me referindo aqui à surdez como materialidade inscrita num corpo, mas à surdez como construção de um olhar sobre aquele que não ouve. Para além da materialidade do corpo, construímos culturalmente a surdez (LOPES, 2007, p, 7).

Dentre os muitos modos de enunciação da surdez que são culturalmente produzidos na lista infindável de invenções de sujeitos, pensando com Lopes (2007, p. 8) que “culturalmente produzimos o normal, o diferente, o anormal, o surdo, o deficiente, o desviante, o exótico, o comum, entre outros que poderiam compor uma lista infindável de sujeitos”; estes modos de enunciação, alimentaram em mim durante o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso, no estágio final para a graduação em Educação Especial, a necessidade de tensionar pela análise das histórias de vida dos sujeitos surdos, as práticas de subjetivação e sujeição,

considerando que esses sujeitos tiveram suas histórias de vida marcadas por experiências escolares na escola regular.

No desenvolvimento daquela proposta pedagógica tomaram corpo a necessidade dos surdos se expressarem, falarem, “A verdade é que o surdo fala em sua língua de sinais.” (GESSER, 2009, p. 55); através de uma língua viso-gestual.

Complementando esta ideia, quando digo que o surdo fala, com Peluso (2010, p. 46), quando ele diz:

pienso que es posible utilizar el término ‘hablar la lengua de señas’ para hacer referencia al funcionamiento de la misma (en el sentido más saussuriano del término ‘habla’: como actualización o puesta en funcionamiento del sistema), aún teniendo en cuenta que no es hablada en términos estrictamente sonoros.

E assim “eles os surdos – e não eu – irão falar deles” (PERLIN, 2013, p. 51); ou seja, a história de vida descrita pelos sujeitos foram tomadas como materiais de análise considerando um movimento de produção histórica do discurso, discursos que mesmo sendo definidos em “regimes de verdade que balizam e separam o verdadeiro de seu contrário” (VEIGA-NETO, 2013, p. 101) podem numa perspectiva foucaultiana ocupar outro lugar, não o lugar de discursos que descobrem ou representam verdades, mas discursos que as inventam.

No trabalho da graduação tive a oportunidade de me movimentar como pesquisadora a partir de dois caminhos: inicialmente propus conhecer e identificar a produção de artefatos da cultura surda naquele contexto, artefatos produzidos por eles e que, ao mesmo tempo, os produzem como sujeitos surdos; e um segundo caminho, ainda que paralelamente, movimentar uma proposta de intervenção pedagógica que ao tomar para a análise as histórias de vida dos sujeitos surdos pudessem ser lidas em termos de Contramemórias; ou seja, o discurso surdo, a produção de suas histórias de vida na instituição escola, e a escuta dessas verdades como resistência política.

A forma como pude olhar para estas questões, levaram-me a continuar a trabalhar dentro da temática da educação de surdos, tensionando a ideia de produção de artefatos da cultura surda e as produções das identidades culturais.

2.1 DESLOCAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Produzo aqui, um movimento através do qual pretendo fazer ver sobre as minhas experiências anteriores como profissional/pesquisadora, a forma como me desloco da tradição da Educação Especial em uma perspectiva clínica, onde a pessoa com deficiência auditiva “é a base para experiência teórica da educação especial, assim como é a base para a construção de ‘teorias’ sobre a incapacidade de ouvir” (LOPES, 2007, p. 54); para inscrever-me no Campo dos Estudos Culturais em Educação e nos Estudos Surdos como terreno teórico-metodológico para dissertar, com a compreensão, junto com (LOPES, 2007, p. 26), que “os surdos são sujeitos que pertencem a uma minoria linguística cultural”.

Olhando para o sujeito a partir de suas produções culturais, em uma prática discursiva que emerge no contexto sócio-antropológico-cultural e na perspectiva da constituição de um sujeito da diferença linguística, que desloca o sujeito surdo da condição da deficiência para um sujeito da diferença.

Quando me refiro aos Estudos Culturais, entendo com Veiga-Neto, como “um campo tão heterogêneo, de outro lado eles não são tudo ou qualquer coisa” (2004, p. 38), mas examinam as práticas culturais dentro das relações de poder.

Porque a cultura está imbricada indissolivelmente com relações de poder, derivam dessas relações de poder a significação do que é relevante culturalmente para cada grupo. Isso significa, então, uma desnaturalização da cultura, isso é, significa que, para os Estudos Culturais, não há sentido dizer que a espécie humana é uma espécie cultural sem dizer que a cultura e o próprio processo de significá-la é um artefato social submetido a permanentes tensões e conflitos de poder. (VEIGA-NETO, 2004, p. 45)

Penso então, que a partir dessas relações de poder e da significação do que é culturalmente relevante para cada grupo, que se produzem novas maneiras de “estar no mundo” (VEIGA-NETO, 2004), que escapem aos enquadramentos da Modernidade, pensando numa hipercrítica Veiga-Neto (1995), como uma permanente “reflexão e desconfiança radical, até mesmo as verdades ditas e estabelecidas pelos próprios hipercríticos” (Veiga-Neto, 2004, p. 47). E assim, pensando ainda com este autor “compreender de outras maneiras o mundo em que vivemos para, a partir daí, ser possível criar novas formas de vida, novas maneiras de estar neste mundo”.

Assim, costuro esta escrita aos Estudos Culturais com certa inspiração foucaultiana, pensando que “não há um modelo a priori de mundo, uma metanarrativa a nos guiar” (VEIGA-NETO, 2004, p. 48), mas que, tomando ainda esse autor, e o que ele nos diz sobre os Estudos Culturais:

Estabeleceram sólidos avanços na compreensão dos novos jogos de poder pelos quais se estabelecem identidades, significados sociais e culturais [...] Centrar nossas análises nos fenômenos culturais não implica reduzir tudo à cultura; significa, sim, assumir que “a cultura é uma das condições constitutivas da existência de toda prática social, que toda prática social tem uma dimensão cultural. Não que não haja nada além do discurso, mas que toda prática social tem o seu caráter discursivo” (HALL, 1997, p. 33).

Ao compreender “a ênfase colocada no caráter cultural da surdez e com a compreensão de que os surdos são sujeitos que pertencem a uma minoria linguístico cultural, o debate da educação de surdos foi retirado do contexto da Educação Especial” (LOPES, 2007, p. 26), e é por este caminho que desloco minha trajetória, justificando minha inserção como pesquisadora ao falar das minorias, como minorias políticas da qual faço parte; não como minorias que se fecham em si; mas como minorias que atravessam minha experiência, atravessam-me e constituem-me como sujeito, como pesquisadora.

Minorias estas que lutam pela imposição de seus significados, produzidos culturalmente, entendendo que a “cultura não é somente um modo de vida de uma sociedade ou a experiência vivida de qualquer agrupamento humano, ela é um campo de luta em torno da significação do social” (LUNARDI, 2005, p. 27).

3 OUTROS CAMINHOS E EFEITOS

Refiz este caminho com os momentos que considero importantes em minha atividade como docente e pesquisadora, para contar da maneira como venho constituindo-me Educadora Especial, atuando na área da educação de surdos. Também por entender que este trajeto possibilita constituir agora, outros caminhos com outros efeitos; um outro momento da minha experiência de trabalho, atuando como Técnica Administrativa em Educação (TAE), na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus – Santana do Livramento, como Tradutora e Intérprete da Língua de Sinais.

O cargo que ocupo, segundo o código de vaga junto ao Ministério da Educação e Cultura, denomina-se, Tradutora e Intérprete de Linguagem de Sinais, porém uso a terminologia Tradutora e Intérprete de Língua de Sinais, por entender que trata-se de uma língua que “contém estruturas dependentes que possibilitam um entendimento da estrutura interna de uma sentença, independente do número de elementos linguísticos envolvidos” (QUADROS, 2004, p. 28).

Junto a Universidade Federal do Pampa, tenho participado ativamente na militância dos movimentos surdos a partir da proposição de projetos de pesquisa e de extensão. Venho produzindo nessa temática a partir de conceitos que são caros para mim, tais como: as línguas e as identidades culturais surdas na fronteira. Coordeno nos últimos anos dois projetos: um projeto de pesquisa “Realidade da Comunidade Surda na Fronteira” (2014) e um projeto de extensão, Curso “Produção de Artefatos da Cultura Surda na Fronteira” (2014, 2015 e 2016).

Os projetos desenvolvidos na UNIPAMPA – Campus Santana do Livramento, sob minha coordenação, foram desenvolvidos em conjunto com a equipe de trabalho do Núcleo de Desenvolvimento Educacional da Universidade (NuDE), sob a Co-ordenação do Professor de LIBRAS Cristiano Vaz e da Pedagoga Ruth Castro. O Curso “Produção de Artefatos da Cultura Surda na Fronteira 2014, 2015 e 2016, foi/está sendo desenvolvido com o apoio institucional, através de recursos do Edital do Programa de Apoio à Promoção de Eventos Culturais e Cursos (PAPEC) 2014, 2015 e 2016, junto a Pró-Reitoria de Extensão da universidade (PROEXT); doravante utilizarei a sigla PACSF para se referir a este projeto de extensão.

O projeto de pesquisa “Realidade da Comunidade Surda na Fronteira”⁷, emergiu da necessidade de conhecer a comunidade surda na fronteira entre Brasil/Uruguai, nas cidades de Santana do Livramento/Rivera - uma comunidade surda de Santana do Livramento e uma comunidade surda de Rivera - e entender como funciona essa dinâmica entre duas comunidades surdas que co(existem) no mesmo território. Este projeto de pesquisa possibilitou começar uma sistematização sobre como essa comunidade passa a existir quando começa a ser descrita nas práticas discursivas, mesmo que não oficiais.

Esta referência constituiu-se importante ao considerar que a parcela da população de surdos na fronteira não pode ser descrita pelas práticas discursivas que são produzidas para identificar, por exemplo, uma população ouvinte de fronteira que se organizou pela junção linguística conhecida como “*Portunhol*” (SÁNCHEZ, 2002, p. 87), isso é importante frisar considerando o aparato de diferença e de minoria que discuti anteriormente.

Conhecer minimamente e sistematizar algumas ideias sobre esta comunidade foi o objetivo do levantamento de dados dessa primeira pesquisa “Realidade da Comunidade Surda da Fronteira” (2014), que teve como unidades a busca de informações sobre essas comunidades surdas, tais como: educação de surdos, história de vida, cultura surda, movimentos políticos, educação de surdos no Brasil e no Uruguai, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e *Lengua de Señas Uruguay* (LSU), número de surdos brasileiros e uruguaios, brasileiros – uruguaios ou “brasilguaios ou urugualesños” nos termos de Dalessandro (2007), ou ainda nos termos da fronteira como prefiro dizer fronteiriço e/ou “doble-chapa”; (vocábulo fronteiriço, utilizado para designar as pessoas que tem dupla nacionalidade, pessoa naturalizada ou com dois registros de nascimento, um em cada país).

A partir desta primeira pesquisa, levantei questões referentes a como se produzem as identidades dos surdos nessa comunidade que compartilha a vida, através da experiência desse encontro na fronteira. Identifiquei, também, caminhos para que os surdos dissessem como se representam e quais artefatos culturais utilizam para produzir e representar uma cultura surda da fronteira.

Esta primeira pesquisa forneceu dados preliminares, porém não menos importantes sobre os surdos na fronteira e teve um fechamento prematuro dado ao

⁷ Registrado no Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão (SIPPEE), da Universidade Federal do Pampa, código de registro 07.020.14.

tempo que seria necessário para pensar com mais rigorosidade algumas questões. Identifiquei com esse primeiro investimento investigatório a complexidade do tema que envolve sujeitos surdos que circulam livremente entre dois países em uma fronteira borrada; duas nacionalidades, duas línguas de sinais, duas legislações a cerca das línguas de sinais; identidades culturais constituídas no “interstício” (BHABHA, 2013) desse encontro, aspectos que exigiriam um debruçamento analítico para se dizer das singularidades que acontecem nessa fronteira.

Ambiciosa e complexa, essa primeira pesquisa, em função da dificuldade de encontrar registros que materializassem as produções dessa comunidade surda, inclinei-me a olhar para o discurso dos surdos, o que dizem e como dizem de si, como também atentei para os silêncios que produzem; esse primeiro movimento operou como capilaridade; como pensar inicial desta dissertação.

O segundo projeto, ainda em andamento, é um projeto de extensão “Produção de Artefatos da Cultura Surda na Fronteira”⁸, desenvolvido nos moldes de um curso com o objetivo de integrar a comunidade surda à universidade, mais especificamente esta comunidade surda fronteiriça sendo integrada à Universidade Federal do Pampa – Campus Santana do Livramento.

Participam deste projeto de extensão pessoas desta comunidade da fronteira, brasileiros e uruguaios da comunidade externa à universidade que são os alunos extensionistas: surdos, seus amigos, familiares, professores da educação básica e profissionais que atuam na área da surdez, professores de educação especial e tradutores e intérpretes das línguas de sinais (LIBRAS e LSU).

O objetivo desse projeto de extensão é primeiramente reunir a comunidade surda dentro do espaço da Universidade, afim de identificar, produzir e compreender a produção de artefatos da cultura surda na fronteira. Com essa intenção, foram e são promovidos encontros, debates e oficinas de criação, objetivando promover a reflexão sobre as línguas, as identidades culturais surdas na fronteira e a produção de artefatos culturais.

A possibilidade do desenvolvimento dessas propostas de pesquisa, “Realidade da Comunidade Surda na Fronteira” e de extensão “Produção de Artefatos da Cultura Surda na Fronteira”, foram marcos importantes para começar a

⁸ Registrado no Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão (SIPPEE), da Universidade Federal do Pampa, no ano de 2014 sob o registro 07.003.14, no ano de 2015 sob o registro 07.013.15 e no ano de 2016 sob o registro 07.010.16.

nomear essa comunidade e, principalmente a partir do envolvimento com estes sujeitos, passar a tensionar certezas que emergem desse coletivo; tensionar enunciados produzidos pelos surdos da fronteira sobre as suas identidades culturais e como se produzem como comunidade.

3.1 OS CAMINHOS DA PESQUISA

A partir do desenvolvimento dos projetos na UNIPAMPA, o projeto de pesquisa “Realidade da Comunidade Surda na Fronteira” e do projeto de extensão “Produção de Artefatos da Cultura Surda na Fronteira”, no contato com os surdos que participaram e participam dessas propostas, tive a possibilidade de levantar alguns questionamentos que me afetaram: Quais comunidades surdas são essas, de “onde elas são” uruguaia ou brasileira, ou uma só? Que língua de sinais é essa falada “entre” a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a *Lengua de Señas Uruguaya* (LSU)? Como os surdos da fronteira se produzem e são produzidos através do encontro das línguas de sinais na fronteira? Como os surdos da fronteira, brasileiros e uruguaios compartilham modos de vida e modos de ser surdo para se constituírem como comunidade?

Foram muitos os questionamentos que emergiram desses encontros, percebi ali algo singular e uma experiência ímpar que me capturava. Uma experiência que não tenho a pretensão de descrever em totalidade, o que seria impossível, que não me dá as condições de pensar ou responder a todas essas questões, mas deixo em aberto, ao dever, a possibilidade de em outros momentos poder pensar o que considero essa riqueza de coisas que ainda não conseguirei dizê-las, como: a língua de sinais falada no “entre” a LIBRAS e a LSU, este encontro das línguas de sinais na fronteira.

Desses questionamentos que me afetaram, tomei para esta dissertação a tarefa de pensar sobre essa Comunidade Surda da Fronteira, sobre a experiência nesse lugar que como espaço é desterritorializado. Fiz, portanto a escolha de apontar para algumas das questões: Quais comunidades surdas são essas, de “onde elas são” uruguaia ou brasileira, ou uma só? Como os surdos da fronteira, brasileiros e uruguaios compartilham modos de vida e modos de ser surdo nesta fronteira, para se constituírem como comunidade?

Foi dessas questões que emergiu o problema de pesquisa desta dissertação, que pode ser sistematizado, assim: como na fronteira entre Brasil/Uruguai, nas cidades-gêmeas de Santana do Livramento e Rivera, tem se produzido uma Comunidade Surda da Fronteira, considerando um movimento singular, um fazer-se “*compartido*”?

Minha intensão não é dar respostas prontas que cumpram com a moderna visão de mundo que paralisa e estabiliza a diferença, fazendo-a retornar ao mesmo; porém disserto com a intensão de dar visibilidade ao discurso dos surdos ao falarem das identidades culturais que os constituem dentro dessa comunidade surda; uma identidade construída no encontro entre os surdos brasileiros e uruguaios (fronteiriços); doravante utilizo o termo “fronteiriço” para me referir ao cidadão das cidades-gêmeas na fronteira, Santana do Livramento/Rivera.

Se continua nos interessando ficcionar o passado, é para nos dotarmos de uma contramemória, de uma memória que não conforma o presente, mas que o inquieta; que não nos enraíza no presente, mas que nos separa dele. (LARROSA & SKLIAR, 2011, p.7).

Para tal empreendimento recorri ao banco de dados do projeto de extensão “Produção de Artefatos da Cultura Surda na Fronteira” para compor a materialidade analítica desta pesquisa, pois acreditei que encontraria neste banco de dados registros das produções dos surdos fronteiriços que me dissessem sobre como se movimentam estas comunidades, ou esta comunidade.

Este banco de dados se encontra armazenado na Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento⁹, na sala do Núcleo de Desenvolvimento Educacional e Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NuDE/NInA), os dados encontram-se arquivados em formato digital em um HD Externo (COMTAC nº12100), este HD está etiquetado com a sigla do projeto (PACSF) que significa “Produção de Artefatos da Cultura Surda na Fronteira”, com a data do equipamento (19/08/09); lembrando que me referirei a este projeto utilizando a sigla PACSF.

Este banco de dados encontra-se sobre a guarda e responsabilidade dos servidores que atuam no NuDE/NInA e seu acesso é disponibilizado apenas a esta equipe, que são os Técnicos Administrativos em Educação da UNIPAMPA – Campus Santana do Livramento e aos bolsistas e bolsistas voluntários que

⁹ Rua Barão do Triunfo, 1048, Santana do Livramento –RS, CEP: 97573-634.

trabalham na atualização constante dos registros conforme as atividades vão se desenvolvendo.

Neste banco de dados há uma pasta inicial intitulada “Banco de dados do Projeto de Extensão PACSF”, dentro desta pasta há três pastas organizadas e intituladas de acordo com o ano a que se refere os arquivos, são elas “2014”, “2015” e “2016”; dentro de cada pasta que indica o ano do projeto, há quatro subpastas: “Documentos e Relatórios”, “Fotos das atividades do PACSF”, “Filmagens das atividades do PACSF” e “Traduções do PACSF”, cada nomenclatura destas pastas conta com uma numeração inicial organizada na sequência numérica da qual as atividades foram sendo desenvolvidas e registradas, seguida do nome da atividade e logo após indicada a data ou o ano; esta regra foi aplicada para todas as pastas.

Dentro de cada uma destas quatro pastas, encontram-se outras pastas que são identificadas também numericamente e com o nome da atividade ou oficina desenvolvida durante a execução projeto PACSF e identificada com a data da atividade.

Tomando um apanhado geral das dimensões deste banco de dados, é possível dizer que até o mês de julho de 2016 (as atividades do projeto continuaram sendo registradas, porém este foi o último mês que tomei como referência para fazer uma quantificação dos materiais), o registro das atividades de três anos do PACSF; estes materiais perfazem um quantitativo de sessenta e oito pastas, sendo que dessas, dezoito do ano de 2014, trinta e sete pastas de 2015 e oito pastas de 2016.

Se tratando de um banco de dados de um projeto em execução desde o ano de 2014, sendo este o primeiro ano do projeto, até o ano de 2016, sendo que neste ano o projeto ainda está em execução, tomei como recorte para olhar esses materiais os registros e produção do ano de 2015, escolhi este ano para me debruçar considerando a quantidade considerável de materiais produzidos em comparação com os outros dois anos.

Ao tomar como recorte o ano de 2015, encontrei na pasta “2015”: na primeira subpasta intitulada “5 Documentos e Relatórios 2015” que correspondem aos relatórios de conclusão do projeto, relatórios de diárias, entrevistas, notícias, publicações e relatórios de apresentação de trabalhos 2015, perfazem um total de vinte e um documentos; na segunda subpasta “6 Fotos das atividades do PACSF 2015” há dezessete pastas com fotos das atividades, num total de 499 fotos; na

terceira subpasta “7 Filmagens das atividades do PACSF 2015” há quatorze pastas com filmagens num total de 557 min e 32 segundos, que revertidos em horas perfazem um total de 9h 23min de filmagens, na quarta e última subpasta “8 Traduções PACSF 2015” há três documentos que contém as traduções das filmagens.

Destes materiais tomei as fotos e as filmagens, sendo as pastas “6 Fotos das atividades do PACSF 2015” e “7 Filmagens das atividades do PACSF 2015” do ano de 2015 e a pasta “8 Traduções PACSF 2015” que contém a tradução dos materiais que utilizarei para análise. Escolhi estes materiais pois entendo que eles contém imagens discursivas onde os surdos fronteiriços enunciam sobre suas identidades e contam como se constituem como comunidade na fronteira.

3.1.1 As narrações e a experiência de si

Do banco de dados do PACSF, tomei como narrativas, fotos e filmagens com suas traduções do ano de 2015, pois entendo com Larrosa (1996, p. 471) que “a experiência de si está constituída em grande parte, a partir de narrações”.

Estas narrativas podem, segundo Ficher nos estudos foucautinos serem entendidas como enunciados, “chamaremos de discurso um conjunto de enunciados que se apoiem na mesma formação discursiva” Foucault, (1986, apud FISCHER, 2001, p. 114); por isso, discurso que produz práticas discursivas.

Esse discurso se dá pelos vários enunciados/narrativas de cada um dos sujeitos que compõem essa comunidade, o conjunto de enunciado/narrativa são tomados aqui como produtores de um discurso que dá a condição de existência dessa comunidade. Quando os sujeitos dessa comunidade surda enunciam sobre eles e sobre a Comunidade Surda da Fronteira, eles dão a existência através do discurso; assim, “o que permitirá situar um emaranhado de enunciados numa certa organização é justamente o fato de eles pertencerem a uma certa formação discursiva” (FISCHER, 2001, p. 114).

E pensando essa formação discursiva, olho para esse banco de dados pois nele encontro um arcabouço de registros dessas narrativas, entendendo-as como “sequência ou tipo de discurso” (KARNOPP, 2013, p. 408), para dizer de uma comunidade movimentada pela cultura surda produzida na fronteira.

Analisando esses materiais e constituindo uma materialidade analítica que quero mostrar como a Comunidade Surda da Fronteira, através de práticas discursivas e não discursivas, pode ser descrita, tendo em vista, a forma como ela se encontra, se narra e se produz pelas narrativas dos surdos.

Escolhi para esta análise os registros fotográficos e os registros filmicos, como narrativas desses surdos fronteiriços. Os registros fotográficos encontram-se na pasta “6 Fotos das atividades PACSF” do ano de “2015”, subpasta “6.07 Movimento Setembro Azul 25.09.2015”, esta atividade do PACSF consistia em uma atividade política pelo Movimento Setembro Azul, que ocorreu no centro das duas cidades de Santana do Livramento e de Rivera; na oportunidade a comunidade surda ocupou parte do Parque Internacional e realizou uma distribuição de panfletos explicativos sobre as línguas de sinais na fronteira LIBRAS e LSU.

O Movimento Setembro Azul é uma manifestação política das comunidades surdas, no Brasil o mês foi escolhido pois reflete uma retrospectiva histórica de fatos importantes para a comunidade surda, fatos como o Congresso de Milão ocorrido no mês de setembro de 1880 como um marco triste para esta comunidade; mas também foi no dia 26 do mesmo mês, em setembro de 1957 que foi criada a primeira escola de surdos no Brasil, no Rio de Janeiro, quando Dom Pedro II convidou o professor francês Ernest Huet para fundar uma escola, o Instituto Imperial de Surdos-Mudos, atualmente, Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

O Uruguai também toma o mês de setembro como um mês de mobilizações políticas e se mobiliza organizando a *Semana Internacional de las personas sordas* de 19 a 25 de setembro de cada ano.

A cor azul foi escolhida para simbolizar este mês a partir do XIII Congresso Mundial de Surdos na Austrália, quando o pesquisador Dr. Paddy Ladd (surdo) usou uma fita azul durante a cerimônia que fez homenagem e lembrança das Vítimas Surdas e com Autismo; o azul também torna-se representativo pois foi utilizado no período da Segunda Guerra Mundial para identificar as pessoas com deficiência, que deviam usar uma faixa de cor azul fixada no braço, para serem identificadas e mortas pelos Nazistas.

Tomei estes materiais produzidos durante o Movimento Setembro Azul na Fronteira, pois me dizem de uma agenda de lutas dos surdos fronteiriços em defesa

da comunidade surda, das identidades culturais surdas e das línguas de sinais na fronteira.

Também foram utilizadas para análise fotos realizadas durante uma visita a *Escuela 105*, no dia 25.09.2016, estas fotos estão registradas na pasta “6.07 Movimento Setembro Azul 25.09.2015”, nesta oportunidade fui juntamente com o professor Cristiano Vaz, em função do projeto PACSF conhecer a escola de surdos em Rivera, com o propósito de conhecer a escola, as crianças e estabelecer um primeiro contato com as *Maestras*.

Todos os registros fotográficos e fílmicos do PACSF foram feitos pela própria equipe executora que se revezava na tarefa de fazer os registros do projeto durante o desenvolvimento da atividades.

Justifico o uso dos registros fotográficos, pois entendendo que eles assumem o papel de discurso como afirma Lopes:

imagem assume um papel discursivo [...] pensar a potencialidade discursiva da imagem fotográfica tal qual o texto [...] Por trás da imagem fotográfica há mais que o registro do evento, há a construção de uma narrativa, de uma interpretação (LOPES, 2010, p. 56).

Os registros fotográficos são importantes para esta análise pois considero que eles capturaram o dito pela imagem. Entendo, então, que essas imagens fotográficas capturam também uma forma de narrar-se dos surdos.

Utilizo também para as análises registros fílmicos gravados no dia 17.09.2015, em uma campanha intitulada “Comunidade Surda da Fronteira – Somos nós”, atividade desenvolvida pelo PACSF no mês do Movimento Setembro Azul.

Esta atividade foi coordenada por mim e pelo professor Cristiano Vaz, sendo que o professor coordenou as filmagens operando a câmera filmadora, as filmagens foram feitas na Sala 15 da Universidade, uma sala organizada para receber as filmagens, contando com iluminação especial e uma tela de fundo azul.

O objetivo da proposta desta atividade era um convite a todos aqueles que sentiam-se pertencentes de alguma forma a esta Comunidade Surda da Fronteira, que narrassem sobre suas experiências neste lugar, da forma como produzem suas identidades surdas na fronteira.

Estas narrativas foram produzidas e exibidas durante as atividades do projeto de extensão, com a intenção de fazer circular a produção dos artefatos culturais

surdos e estão sendo utilizadas como materialidade analítica para esta dissertação através de prévia autorização, através da assinatura de um termo de livre consentimento (modelo anexo A), de que se possa divulgar suas narrativas assim como suas histórias de vida, materiais filmados e fotografados.

Estes filmes encontram-se no banco de dados na pasta “7 Filmagens das atividades do PACSF 2015”, na subpasta “7.06 Comunidade Surda da Fronteira - Somos Nós 17.09.2015” e totalizam vinte e seis filmes, são filmes curtos com até 4 minutos e totalizam aproximadamente 19 minutos de filmagens.

As narrativas a serem analisadas foram pinçadas desse “Banco de dados do projeto de extensão PACSF” do ano de 2015, como já me referi anteriormente. São narrativas registradas através de fotos, e filmagens em língua de sinais, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e em *Lengua de Señas Uruгуaya* (LSU), ou mesmo num falar que é da ordem do encontro entre essas duas línguas na fronteira que são de uma modalidade viso manual; partes desse material foi traduzido para o Português ou/e para o Espanhol, ou ainda para o *Portuñol*, as traduções se encontram na pasta “8 Traduções PACSF 2015”, documento “Tradução dos vídeos “Comunidade Surda da Fronteira – Somos Nós”.

Dada a complexidade da tarefa de não trair os significados destes materiais fílmicos, eles foram traduzidos a várias mãos para que pudéssemos dar letras ao que se diz em língua de sinais, assim juntamente com o professor de LIBRAS, Cristiano Vaz trabalhamos em parceria na tradução e interpretação das falas dos vídeos.

A tradução como Derrida a coloca, é muito diferente de comprar, vender, trocar – não importa o quanto ela tenha sido convencionalmente retratada nestes termos. Não se trata de transportar fatias suculentas de sentido de um lado da barreira de uma língua para a outra [...] O significado não vem pronto, não é algo portátil que se pode “carregar através” do divisor. O tradutor é obrigado a construir o significado na língua original e depois imaginá-lo e modelá-lo uma segunda vez nos materiais da língua com a qual ele ou ela o está transmitindo. As lealdades do tradutor são assim divididas e partidas. Ele ou ela tem que ser leal à sintaxe, sensação e estrutura da língua-fonte e fiel àquelas da língua da tradução [...] Estamos diante de uma dupla escrita, aquilo que poderia ser descrito como uma “pérfida fidelidade”. [...] Somos conduzidos ao “efeito de Babel” de Derrida. (HALL, 2013, p. 45).

Assumindo o risco que uma tradução traz consigo, traduzimos estas narrativas para legendar os vídeos da “Comunidade Surda da Fronteira – Somos Nós” para dar conhecimento e divulgação a comunidade ouvinte, sobre o que foi dito

nas línguas faladas em um espaço visual.

Nos foi possível traduzir esses materiais que estão hora em LIBRAS, hora em LSU e num falar que é próprio deste encontro das línguas de sinais na fronteira, em LIBRAÑOL ou LIBRALSU¹⁰, porquê estamos atravessados pela atuação junto a esta Comunidade Surda da Fronteira. De minha parte posso dizer que como intérprete neste lugar, não tenho mais na LIBRAS a referência de língua padrão, pois transito no interior dessas línguas de sinais em contato na fronteira, adaptada à necessidade dessa comunidade, capturada e produzida por essa experiência linguística.

Serão utilizadas para as análises estas narrativas traduzidas, ora para o Português, ora para o Espanhol e ora em *Portuñol*. As narrativas em LIBRAS foram traduzidas para o Português, as narrativas em LSU foram traduzidas para o Espanhol, porém há um momento em que as línguas na fronteira se encontram e alguns sinais emergem desta relação, assim como nas línguas orais.

Admito assim, não haver um comprometimento com uma pureza linguística com relação a interação e tradução entre essas duas línguas de sinais e, também, entre as línguas orais com as quais escrevemos a tradução; pois, em alguns momentos poderá ser atravessado pelas línguas em contato na fronteira.

O uso das narrativas para as análises se dá por entender que nelas movimentam os discursos dos sujeitos, as práticas discursivas como:

um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômicas, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT 1987, p. 136).

Estas narrativas surdas, que se encontram nas fotos e filmagens traduzidas dos materiais que recortei do PACSF, são imagens discursivas que tem portanto uma função enunciativa, pois tomadas como práticas discursivas elas produzem os sujeitos ao mesmo tempo em que eles são produzidos por elas.

Narrativas que analisadas remetem à experiência que, por efeito, produzem verdades; como “uma nova experiência de liberdade, a partir da qual se torna possível os surdos imaginarem outras representações para narrarem a própria história do que significa ser surdo” (SKLIAR, 2013, p. 30).

A justificativa de minha escolha em construir uma materialidade analítica a

¹⁰ Retomarei adiante no desenvolvimento da dissertação a questão do LIBRAÑOL ou LIBRALSU e a questão das línguas em contato na fronteira.

partir desse grupo de materiais, só dá, pois entendo o discurso dos surdos fronteiriços através da imagem e a experiência de si narrada em língua de sinais.

Penso que através destas narrativas, posso mostrar como eles dizem de si e da forma como vivem e compartilham as experiências de ser surdo na fronteira; entendendo o discurso narrativo “como um discurso profundamente conectado com a invenção, criação e estabilidade das práticas culturais [...] das identidades e representações produzidas por essas práticas”. (SILVEIRA, 2005, p. 198)

É dessas narrativas que os surdos fronteiriços “constroem” as práticas culturais, as identidades e as representações, pois “as narrativas são práticas discursivas que produzem a cultura” (SILVEIRA, 2005, p. 202), dando a ela uma possível estabilidade para ser dita e descrita, naquilo que ela é inventada, podendo ser identificada como prática dessa Comunidade Surda da Fronteira.

A narrativa “como testemunho da experiência vivida e essa narrativa da experiência como legitimadora de uma determinada identidade” (SILVEIRA, 2005, p. 206), lança-me na perspectiva de entender que uma Comunidade Surda da Fronteira pode ganhar visibilidade se considerar as narrativas:

como dispositivos de resistência e de marcação cultural, pois os sujeitos testemunham seus legados através de suas produções. Assim, abre-se a possibilidade de (re)conhecer outras maneiras de viver e de narrar o vivido, dando uma visibilidade a muitos protagonistas anônimos a partir das histórias (KARNOPP, KLEIN e LUNARDI-LAZZARIN, 2011, p. 26-27).

Olho para esses materiais porque penso ser possível analisar e dizer sobre a experiência de falar em uma língua de sinais, possível através da experiência visual como uma maneira de ser e estar no mundo compartilhada entre esta comunidade surda que transita nesse espaço de fronteira.

E a partir deste contexto posso produzir as condições de possibilidades para pensar um “encontro”, pensar uma **Comunidade Surda da Fronteira**, considerando: a forma como esses sujeitos surdos fronteiriços se narram e compartilham modos de vida em que eles se produzem e são produzidos, produção que toma como referência o encontro das línguas de sinais, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e *Lengua de Señas Uruguaya* (LSU), e os modos como esse compartilhamento comunitário coloca em jogo uma diferença produtiva que os identifica, como: uma língua compartilhada na fronteira através da experiência visual.

E é isso que tem possibilitado inventar outras formas de dizerem de si e da comunidade que emergem desse contexto e que eu, nesta dissertação, intento capturar.

Então, pretendo capturar nestas narrativas dos sujeitos surdos, nessa região peculiar de fronteira, como se dão as condições para que emergja dessa diferença uma relação singular que é da ordem do acontecimento, um fazer-se *compartido* em uma Comunidade Surda da Fronteira que pela diferença se produz singular. Nesse sentido penso a diferença a partir de Derrida (LARROSA & SKLIAR, 2011):

Derrida afirma que não existe *différence* sem alteridade, nem alteridade sem singularidade, nem singularidade mais do que no “aqui-agora”; ou, quando sustenta que “a heterogeneidade abre ao contrário, deixa-se abrir pela própria fratura daquilo que flui, vem ou fica por vir – unicamente outro” -, o que nos diz, entre outras coisas, é que a diferença entendida como uma relação de alteridade com a singularidade de outro e do outro também é uma relação com o que vem ou fica por vir, como acontecimento. Ele está nos dizendo que o pensamento da diferença é o da singularidade do acontecimento, da experiência do advir que acontece a partir do outro e o outra da experiência irreduzível ao previsível ao programável, pois remete ao outro e a outro que não posso e não devo determinar de antemão, ao outro que não pode nem deve permitir que se o determine de antemão. (LARROSA & SKLIAR, 2011, p. 61).

É pensando a diferença que analiso como os surdos da fronteira produzem suas subjetividades, produzindo enunciados que por sua vez produzem verdades a respeito dessa comunidade surda e sobre as suas identidades culturais.

Uma Comunidade Surda da Fronteira que não se constitui da mesma forma de outras comunidades surdas do Brasil, com as quais estava acostumada a conviver, falar e me relacionar a partir de uma língua de sinais; mas uma comunidade que se constitui de outras formas a partir de duas línguas de sinais compartilhadas; me levou a problematizar como os surdos fronteiriços se representam dentro da cultura surda na constituição desta comunidade.

Veremos durante as análises uma desnaturalização de uma “verdadeira” comunidade surda nas narrativas dos surdos fronteiriços, quando eles tecem alguns argumentos para se identificarem como comunidade surda independente do país de nascimento, ou da relação de pertencimento Estado-nação, mas uma identidade ligada a esta comunidade que compartilha os modos de vida e as línguas na fronteira.

O “perigo de uma história única” (CHIMAMANDA, 2013) de uma comunidade surda do Brasil ou de uma comunidade surda no Uruguai, fazia com que os surdos fronteiriços não se inscrevessem dentro de uma cultura e de uma produção, pois não estavam inscritos num modelo de ser surdo no Brasil ou de ser surdo no Uruguai, existia certa distância da forma padrão de ser sujeito surdo tendo como referência a comunidade surda vista através de um purismo linguístico, seja de uma comunidade surda que fala em LIBRAS ou LSU.

E por isso escolho estas narrativas, pois entendo elas abrem o espaço para pensar um movimento do meio, não apenas por estar geograficamente entre um e outro país, mas pela possibilidade de fazer-se em algo novo, que já não consegue ser capturado por um modelo ideal de surdo brasileiro ou de surdo uruguaio, mas outra forma de ser surdo na fronteira, a partir da possibilidade de produzirem-se através de artefatos próprios dentro de uma cultura surda na e da fronteira.

processo de interação simbólica, o tecido de ligação que constrói a diferença [...] essa passagem intersticial entre identificações fixas abre a possibilidade de um hibridismo cultural que acolhe a diferença sem uma hierarquia suposta ou imposta (BHABHA, 2013, p. 23).

Por isso, desejo pensar sobre como os surdos da fronteira tem a possibilidade de estar, pelo fazer-se *compartido*, legitimando uma forma de dizer sobre essa comunidade surda, em suas características peculiares, através da experiência visual compartilhada ou “*compartida*”. Experiência visual que dentro da cultura surda representa uma forma de viver, entender e tornar o mundo habitável.

Um mundo habitável porque pela experiência visual produzem artefatos culturais no sentido dos Estudos Culturais, não se referindo apenas aos materialismos culturais mas, nas palavras de (STROBEL, 2009, p. 29), como “àquilo que na cultura constitui, produções do sujeito que tem seu próprio modo de ser, ver, entender e transformar o mundo”; dentre eles: a literatura surda, vida social e esportiva, política, família, artes visuais, materiais, entre outros; como possibilidade de ilustrarem uma cultura.

Num exercício de pensar sobre a produção da cultura surda fronteiriça, penso no que produzem como artefato cultural e, para isso, tomo inicialmente a palavra, e penso que ao fragmentá-la tenho: “arte-fato”. Assim, a “arte” como uma atividade humana capaz de se manifestar através de variedade de linguagens,

expressando percepções de mundo e emoções, sendo capaz de produzir um “fato”, uma verdade discursiva ou não discursiva sobre a forma como os sujeitos se produzem culturalmente a partir de elementos simbólicos compartilhados. Um “arte-fato” como um fato produzido culturalmente e compartilhado dentro de uma cultura, no caso a cultura surda.

Os “arte-fatos” penso eu, são elementos de uma cultura, partes que costuram uma trama, linguagens simbólicas que dizem algo sobre aqueles que os produzem e sobre os modos de vida partilhados em uma comunidade, como fitas que laçam e costuram sobre um mastro, os sujeitos que as manipulam dão a elas (as fitas) uma possibilidade de criação. As fitas se unem sob um interesse maior do grupo, produzir algo; como na metáfora da comunidade pensada a partir da alegoria do “Pau de Fitas”¹¹ desenvolvida durante uma das atividades do projeto PACSF no dia 20 de novembro de 2015, apresentada na foto abaixo:

Fotografia 2 - Metáfora do Pau de Fitas



Banco de dados do PACSF 2015, 6.10 Metáfora do Pau de Fitas 20.11.2015, 6.10 (31).

A comunidade se reúne em torno de interesses comuns, esses interesses são o que produzem a possibilidade de dizer sobre essa comunidade e, ligados por interesses, estão todas as manifestações de linguagens simbólicas produzidas pelo

¹¹ Dança da cultura gaúcha executada em um círculo em torno de um mastro com fitas, cada pessoa que participa dessa dança toma uma fita pela mão, o objetivo é executar movimentos circulares em torno do pau, tramando as fitas através de movimentos coordenados pelos participantes, afim de laçarem o pau com suas fitas construindo ao final da dança um desenho sobre o mastro.

grupo.

Nessa metáfora da comunidade, na alegoria do “Pau de Fitas”, cada fita representa um artefato cultural, seja: o artefato linguístico (as línguas de sinais, a LIBRAS e a LSU), vida social e esportiva, dança, teatro, família, as associações de surdos, movimentos políticos, entre outros. Na costura sob a haste que sustenta a trama, as fitas se movimentam conforme os interesses dessa comunidade. Ora são avançadas, ora recuadas, ora tramadas, ora libertam-se, mas estão sempre ligados pelo eixo que pensa a singularidade, um entendimento comum dessa comunidade, qual seja: identidades e comunidade surda.

No entanto existe a necessidade de compreender o caráter não-natural deste entendimento comum. São acordos forjados, barganhados, negociados e praticados até o momento em que são subjetivados pelos elementos da comunidade. (CAMATTI & LUNARDI-LAZZARIN, 2010, p. 95).

Por isso, adianto aqui, algo que vou me deter a escrever mais adiante: A experiência visual como forma do surdo se produzir no mundo e de produzir os artefatos de sua cultura nessa comunidade surda, coisa que vai para além das línguas de sinais, constitui o refinamento dessa trama, onde as fitas são entrelaçadas, passadas, recuadas e transpassadas; onde são acordados, negociados e praticadas experiências; compartilhamentos que por efeito constituem essa comunidade.

A experiência de falar em uma língua de sinais, possível através da experiência visual como uma maneira de ser e estar no mundo, está no eixo desse compartilhar, no encontro entre uma comunidade surda brasileira de Santana do Livramento e uma comunidade surda uruguaia de Rivera, nos dando a possibilidade de pensar e dizer de uma Comunidade Surda da Fronteira.

la visualidad no es algo que se puede enseñar, es una manera de estar en el mundo, que está fundamentalmente determinada por la lengua y el discurso [...] la visualidad de las lenguas de señas y, por lo tanto, de ser sordo y de su cultura (PELUSO e LODI, 2015, p. 64 e 65).

Estas comunidades se encontram e compartilham suas experiências e modos de vida a partir da experiência visual compartilhada e estão forjadas por um artefato linguístico, a LIBRAS ou a LSU, ou seja, nas línguas de sinais e se produzem culturalmente a partir deste interstício.

Mas então, o que nos constitui Comunidade Surda da Fronteira? Como retomei várias vezes essa escrita, indo e vindo do final para o começo, posso então dizer que o que mobiliza esta comunidade é a experiência compartilhada, uma certa igualdade sobre aquilo que é próprio dos surdos, a de falar em uma língua de sinais, possível através da experiência visual que os reúne e que permite, no transitar de espaços de fronteira, operar as condições de possibilidades para pensar uma **Comunidade Surda da Fronteira**, e sobre isto recaí minhas análises adiante.

Dito isto, apresento abaixo o quadro que ilustra a forma como construí a materialidade analítica desta pesquisa:

Onde estavam os Materiais	Pastas de armazenamento digital dos documentos	Narrativas	Perguntas orientadoras para a construção da Materialidade Analítica
Banco de dados do Projeto de Extensão, “Produção de Artefatos da Cultura Surda na Fronteira”, desenvolvido na UNIPAMPA, Campus Santana do Livramento no ano de 2015.	Pasta de registro das atividades do PACSF 2015. Pasta “2015” Subpastas: <ul style="list-style-type: none"> • “6 Fotos das atividades do PACSF 2015” • “7 Filmagens das atividades do PACSF 2015” • “8 Traduções PACSF 2015” 	Da pasta “6”: 6.07 Movimento Setembro Azul 25.09.2015 Da pasta “7”: 7.06 Comunidade Surda da Fronteira - Somos Nós 17.09.2015	Como uma comunidade surda na fronteira se produz e é produzida através do encontro entre os surdos fronteiriços. Como duas comunidades surdas territoriais, borram a fronteira e se constituem em uma Comunidade Surda da Fronteira ao compartilhar os modos de viver, através experiência de falar em uma língua de sinais, possível através da experiência visual como uma maneira de ser e estar no mundo. Que elemento cultural é passível de identificar o

			surdo da Fronteira. O interstício que une os surdos da fronteira.
--	--	--	--

Pelo quadro acima é possível identificar como me organizei para a construção da materialidade analítica.

Durante a minha imersão nos materiais tomei como orientação as narrativas como enunciados capazes, de no jogo das relações produzirem uma ordem discursiva.

Sobre a ordem do discurso,

estamos aqui para te fazer ver que o discurso está na ordem das leis; que sempre vigiamos o seu aparecimento; que lhe concedemos um lugar, que o honra, mas que o desarma; e se ele tem algum poder, é de nós, e de nós apenas, que o recebe. (FOUCAULT, 1970, p. 1, grifo meu)

Fiz isso para pensar a possibilidade de dizer sobre uma Comunidade Surda da Fronteira, a partir do que está acontecendo nesse encontro, nesse território, que é o território da fronteira, que pode ser analisado como uma produção de um discurso capaz de inventar uma realidade; “o discurso é na sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação face a essa existência transitória destinada sem dúvida a apagar-se, mas segundo uma duração que não nos pertence” (FOUCAULT, 1970, p. 2).

Assim, penso que a escolha destas narrativas me dão a possibilidade de compreender como elas operam uma ordem discursiva “um conjunto de conhecimentos úteis não só para conhecer o passado, mas principalmente, para nos rebelarmos contra o presente.” (VEIGA-NETO, 2014, p. 59). Mas, quem sabe, não seja uma questão de rebeldia. Pode ser mais invenção, pois analisando as narrativas escolhidas, elas se constituíram como centrais para pensar a problemática e conhecer a verdade que foi constituída pelos surdos na fronteira. Isso implica dizer que “a verdade é aquilo que dizemos ser verdadeiro” - que equivale a dizer que as verdades não são descobertas pela razão, mas sim, inventadas por ela” (VEIGA-NETO, 2014, p. 90).

Nesse sentido, também, está a invenção da(s) identidade(s) do surdo da fronteira, que não é entendida aqui, como uma identidade pronta, acabada, mas,

que o sujeito assume diferentes identidades em diferentes momentos. Como aponta (HALL, 2014) identidades como uma “celebração móvel”, que constitui o sujeito pós-moderno; “não existe uma identidade surda que possa ser defendida e divulgada como estável e unificada, pois ela está baseada numa temporariedade de relatos.” (LOPES, 2013, p. 115).

Identidade, portanto, considerada em jogo, constituindo “diferentes posições de sujeitos”, uma vez que as identidades se estabelecem de acordo com a forma que o sujeito é interpelado ou representado, a identidade não é automática, pode ser ganha ou perdida, uma “política da diferença” (HALL, 2014, p. 16).

Meu propósito nesta dissertação é dar visibilidade ao discurso dos surdos ao falarem das identidades culturais que os constituí dentro dessa Comunidade Surda da Fronteira, “identidades surdas da fronteira”, que não são as identidades surdas de Porto Alegre ou identidade surda dos surdos de Montevideu.

Uma comunidade surda à margem, na periferia dos discursos contra hegemônicos, uma comunidade surda que está geográfica e socialmente na fronteira, em uma fronteira territorial e em uma fronteira das ideias, fora do âmago, mas nas beiradas, “a fronteira se torna o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente” (BHABHA, 2013, p. 25).

A partir das relações que se estabelecem nesta fronteira, penso que é na margem que algo acontece, na margem nos tocamos e nos encontramos, não nos grandes centros, no núcleo; esta ideia de que nos grandes centros se produzem identidades e coisas verdadeiras, se produz em uma relação de poder centro periferia, e produz um risco:

Esse risco provém de uma visão de que aquilo que provém dos grandes centros é melhor do que aquilo que provém das pequenas comunidades, um raciocínio similar ao dos povos europeus diante dos “povos selvagens” das Américas, África e Ásia, que marcou a era colonial. (MEC/SECADI, 2014, p. 9)

Porém estas identidades surdas da fronteira não constituem tampouco uma identidade totalitária sobre suas características como surdos, pois não de haver muitas outras identidades surdas, o surdo branco, o surdo negro, surdo escolarizado, o surdo da Serra, etc.; mas uma identidade construída no encontro e nas relações sociais entre surdos fronteiriços, através de artefatos de uma cultura visual que os congrega, uma experiência visual compartilhada.

Utilizo do termo “cultura visual”, sob a ótica dos Estudos Culturais, para destacar as “características culturais que marcam o jeito de ver, sentir e se relacionar com o mundo” (GESSER, 2009, p. 54).

Tracei esta trajetória para fazer ver como me produzi e como esses interesses me capturaram e me levaram a dissertar sobre essas coisas, com as quais pensei os caminhos da pesquisa.

3.2 COM QUEM CAMINHEI PARA FALAR SOBRE A PESQUISA

Buscando alguns caminhos e com quem caminhar nesta pesquisa, digo que dei a mão a descessores que me ajudaram a fazer escolhas a partir de suas vozes, como aliados para falar do lugar de onde falo, sobre esse contexto aonde me encontro e que atravessa minha experiência de atuação na área da surdez; ao pensar o tema da pesquisa que venho dissertar.

Pesquisadores com os quais procurei tramar esta escrita que tomam a surdez como “uma grande invenção” (LOPES, 2007, p. 7), possibilitaram que eu operasse o entendimento da surdez dentro de um modelo socioantropológico e passasse a entender o surdo como minoria política, sujeito da “diferença”, a partir do “reconhecimento político” (SKLIAR, 2013, p. 2) das identidades, das línguas, da história, da arte, das comunidades e culturas surdas; o surdo produzido como sujeito da diferença linguística (QUADROS & KARNOPP, 2004). E ainda, outras autoras que investem em pesquisas sobre a temática da “Produção, circulação e consumo da cultura surda brasileira” como: Karnopp, Klein e Lazzarin, que ao olharem para as produções culturais das comunidades surdas problematizam “as relações de poder envolvido na constituição de significados culturais e identidades” (KARNOPP, KLEIN, LAZZARIN, 2013, p. 15).

Outros autores que me atravessam ao falarem de “comunidade”, como o “moderno mito político da comunidade” em Larrosa e Skliar (2011); Bauman (2003, p.16) com “o círculo aconchegante” da comunidade; e Hall (2013) que fala sobre a Diáspora e como percebo que esse movimento pode estar produzindo outras e novas coisas quando as comunidades se encontram em “zonas de contato” (BAUMAN, 2013 p. 34).

Tomo ainda autores que falam sobre identidade cultural “identidades que não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais

fragmentadas e fraturadas” (HALL e SILVA, 2014, p. 77) quando dizem que é “por meio de atos da fala que instituímos a identidade e a diferença como tais”, nos termos de Woodward:

Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir que é incluído e que é excluído. A cultura molda as identidades ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade. (WOODWARD, 2014, p.19).

Assim entendo que “[...] a identidade e a diferença são tão indeterminadas e instáveis quanto a linguagem da qual dependem [...] processo de produção simbólica e discursiva” (SILVA, 2014, p. 80). Noções importantes que irei retomar no desenvolvimento da dissertação.

Outras noções que venho me utilizando durante a escrita e pretendo retomar durante as análises, dada a importância que se apresentam dentro desta temática, são as questões da cultura em Bhabha (2013) e o local da cultura como espaço intersticial.

Na perspectiva da constituição de um estado da arte para esta dissertação, foram importantes também, alguns textos produzidos em mestrados na Universidade Federal de Santa Maria, como: “O imperativo da cultura surda no plano conceitual: emergência, preservação e estratégias nos enunciados discursivos” (GOMES, 2011) que discute o imperativo da cultura surda no plano conceitual; e, a dissertação “A emergência do sujeito pedagógico surdo no espaço de convergência entre comunidade e escola de surdos” (CAMATTI, 2011) que tensiona o surdo no espaço de convergência entre comunidade e escola de surdos; autoras as quais irei recorrer adiante para falar de cultura surda e de comunidade surda pois, penso que essas dissertações aproximam-se da minha pesquisa.

Ainda me ajudam a pensar sobre esta temática, artigos que colocam a comunidade surda, a cultura surda e a experiência visual em foco. Dentre eles cito Peluso e Lodi (2015) que discorrem sobre a experiência visual dos surdos como algo que constitui o próprio sujeito: a “*visualidad*” no artigo “*La experiencia visual de los sordos*”. *Consideraciones políticas, lingüísticas y epistemológicas*”.

Um artigo de Karnopp (2013) “Produção cultural em Língua Brasileira de Sinais (Libras)”, sobre produções culturais em comunidades surdas e a construção

de significados culturais, a cultura surda como um espaço de contestação e de constituição de identidades e diferenças.

A dissertação de Sumaio (2015) “Sinalizando com os Terenas: um estudo do uso da LIBRAS e de sinais nativos por indígenas surdos”, pois pensa a singularidade de uma tribo Terena usuária de sinais na comunicação entre os surdos.

A tese de doutorado de Sturza (2006) da Universidade Estadual de Campinas, intitulada “Línguas de fronteiras: uma história das ideias linguísticas” e um artigo da mesma autora “Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas linguísticas nas fronteiras brasileiras”, sobre a história das línguas nas zonas de contato das fronteiras do Brasil.

Ainda uma dissertação de Dalessandro (2007) “Brasilguaios ou Urugualeños: pedagogia cultural na fronteira traduzida em imagens e palavras” sobre comunidades em espaços geográficos limítrofes, as relações e as identidades de fronteira entre Chuí/Chuy e Santana do Livramento/Rivera.

E a tese de doutorado de Andrea Quadrelli Sánchez, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2002: A fronteira invisível. Um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica, que busca compreender os modos em que a fronteira, o Estado e a nação são vividos cotidianamente nas cidades de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil), onde a fronteira política entre os Estados do Uruguai e do Brasil apresenta características excepcionais, se comparada com outras fronteiras internacionais.

Esses trabalhos ajudaram-me a revisar o que tem sido produzido academicamente, os saberes que fluem entre as diferentes áreas do conhecimento para poder, a partir e/em conjunto, com esses autores pensar a singularidade de uma comunidade surda na fronteira entre o Brasil e o Uruguai.

Os materiais que encontrei para pensar um estado da arte falam de questões que movimentam o processo de construção dos caminhos para esta pesquisa, como: comunidade surda, cultura surda, artefatos culturais, experiência visual e línguas em contato na fronteira, porém destaco a relevância que pretendo dar, nesta escrita, para a população surda da fronteira e, com isso, dizer sobre uma **Comunidade Surda da Fronteira**.

Essas aproximações devem-se a necessidade de aproximação destas temáticas para buscar narrar agora a produção simbólica do surdo da fronteira, Santana do Livramento e Rivera.

4 OS CONTORNOS E MOVIMENTOS DA COMUNIDADE

Quem são estas “pessoas do lugar” (BAUMAN, 2005, p. 24), quem são esses sujeitos desta comunidade surda que falo? E que lugar é esse? O que dizem e a forma como dizem esses sujeitos de si, através das línguas que falam? Preciso pensar em quem são esses outros; que não são aqueles das experiências que vivi anteriormente.

Por algum tempo vivi longe da fronteira, retornar, de certa forma me reinventou; e entre os caminhos de retorno e as possibilidades de captura alguns efeitos dos regimes de verdades me trouxeram até aqui.

Falo de um retorno à fronteira, depois de viver uma experiência junto à Comunidade Surda da Serra Gaúcha, lugar onde vivi durante seis anos e vivenciei modos de produção da surdez nas experiências dos surdos daquele lugar, momento este, atravessado pela minha formação acadêmica através do encontro com aquela comunidade surda em função dos estágios do Curso de Graduação em Educação Especial, pela Universidade Federal de Santa Maria. Também isso, me possibilitou pensar outras coisas que digo agora.

Falo agora de uma minoria que me atravessa, de uma Comunidade Surda da Fronteira, falo das pessoas desse lugar, penso em uma comunidade surda em seu movimento singular num fazer-se compartilhado em que sujeitos surdos fronteiriços constituídos de uma experiência de falar em uma língua de sinais, possível através da experiência visual *compartida* na fronteira, entre o Brasil e o Uruguai, nas cidades-gêmeas de Santana do Livramento e Rivera, tem se produzido na cultura surda como uma comunidade, não como unidade, mas em sua singularidade.

Para tal empreendimento, penso inicialmente que a comunidade está ligada a experiência das pessoas daquele lugar e que elas se produzem naquele lugar a partir de características muito próprias e de elementos culturais compartilhados, “a comunidade é vivida por sujeitos que compartilham características que lhes façam buscar este espaço comum” (CAMATTI & LUNARDI-LAZZARIN, 2010, p. 94).

Uma comunidade é composta por sujeitos que se reúnem em torno de interesses em comum e lhes traz o conforto e o aconchego de estarem dentro dos contornos para que “nunca sejamos estranhos” (BAUMAN, 2003, p. 8).

“Reunir-se” em torno de “interesses comuns”, está sendo pensado aqui, como os “contornos” da comunidade. Um contorno que faz com que as pessoas se encontrem; no caso da Comunidade Surda da Fronteira penso que esses contornos tem sido movimentados por interesses que operam as lutas pelo reconhecimento político da diferença, pelo respeito à experiência visual e pelo reconhecimento das línguas de sinais.

Assim, penso que a comunidade surda se reúne, a partir desses contornos, pessoas surdas e ouvintes (amigos, familiares, profissionais que atuam na área da surdez, intérpretes e professores), todos, organizados para projetar e atingir objetivos da comunidade,

a comunidade surda de fato não é só de sujeitos surdos; há também sujeitos ouvintes – membros de famílias, intérpretes, professores, amigos e outros – que participam e compartilham interesses comuns em uma determinada localização. (STROBEL, 2009, p. 33, grifo meu)

Strobel dimensiona o que seria em seus termos uma comunidade surda, no sentido de definir quem são seus membros, ou quem de fato compõe a comunidade ao “compartilhar interesses” e apresenta a comunidade surda nos termos de Padden e Humphries,

Uma comunidade surda é um grupo de pessoas que vivem num determinado local, partilham os objetivos comuns dos seus membros, e que por diversos meios trabalham no sentido de alcançar estes objetivos. Uma comunidade surda pode incluir pessoas que não são elas próprias Surdas, mas que apoiam ativamente os objetivos da comunidade e trabalham em conjunto com as pessoas Surdas para os alcançar. (STROBEL, 2009, p.33, grifo meu)

Para além da nossa moderna necessidade de vislumbrar os limites e as bordas para dar contorno as coisas e, da necessidade de dizer esses pertencem e esses não pertencem a uma comunidade surda, ou ainda, pensar em um “desejo de uma ‘pureza surda’ que servirá de pilar de sustentação para organização de uma comunidade” (CAMATTI & LUNARDI-LAZZARIN, 2010, p. 96).

E ainda, para além de um ideal imaginário moderno, ao tentar contornar esta comunidade, escolho pensar sobre as palavras “compartilham” e “partilham” que atravessam os conceitos de comunidade surda apresentados por Strobel, para pensar o estar no mesmo lugar - “determinado lugar”.

O que poderia estabelecer a perspectiva de ter objetivos partilhados ou compartilhados de duas comunidades diferentes; mas que estão no mesmo lugar, para constituírem-se em uma comunidade?

O que partilham estas comunidades, ou esta comunidade? Adianto que nas análises das narrativas dos surdos fronteiriços é possível ver como este discurso se movimenta mostrando como esta comunidade surda tem partilhado as lutas e movimentos políticos pelo reconhecimento das línguas de sinais, a Língua Brasileira de Sinais no Brasil (LIBRAS) e a *Lengua de Señas Uruguaya* (LSU), e tem se movimentado em defesa do respeito a alteridade surda, à favor da educação de surdos e uma escola que respeite a diferença surda, e tem empreendido um trânsito entre os países em busca do respeito a experiência visual.

Os objetivos comuns que dão as condições de dizer desta comunidade estão no compartilhar. Digo que o contorno desta comunidade surda se dá a partir da experiência visual *compartida*, que é no encontro destas comunidades surdas na fronteira, que tem se produzido outras e novas coisas neste lugar.

Ainda que para esta comunidade surda não seja um contorno fixo; mas, mutante, líquido, em constante transformação, a experiência visual é um contorno que politicamente se torna o lugar de expressão, onde posso pensar uma Comunidade Surda da Fronteira, despojada de identidades nacionais, desterritorializada (BAUMAN, 2013); que tem contornos, mas se descontorna novamente por outras e novas relações de reconhecimento cultural a partir da experiência visual.

4.1 O LUGAR DA COMUNIDADE

Pensar em uma comunidade surda **na** fronteira implica pensar em uma comunidade surda composta por pessoas que estão territorialmente localizadas, “no lugar”, em um determinado lugar político-geográfico; onde uma comunidade surda santanense, e uma comunidade surda riverense se encontram; ou dizer ainda controversamente, que o encontro dessas duas comunidades se dá num deslugar, um desterritório.

Falar de um deslugar ou desterritório implica pensar em um lugar que não cabe dentro de uma moderna representação de estado-nação; a ideia de deslugar

se produz neste contexto para nomear algo que não é possível localizar, enquadrar, fechar, mas apenas nomeá-lo como: fronteira.

Um deslugar ou desterritório, lido como “entre-lugar” (BHABHA, 2013, p. 20), o interstício da fronteira onde as pessoas tecem relações *compartidas* neste espaço geográfico.

Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação [...] É na emergência dos interstícios – a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença [...] que o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados. De que modo se formam sujeitos nos “entre-lugares”, nos excedentes da soma das “partes” da diferença. (BHABHA, 2013, p. 20).

Estou dizendo então, que há uma Comunidade Surda **da** Fronteira, dadas as condições de possibilidades desse encontro, sujeitos que *compartem* suas experiências num “entre- lugar” (BHABHA, 2013) – Brasil/Uruguai.

Uma comunidade singular em seu fazer-se compartilhado, que não encontra unidade nem se enquadra ou se encaixa em um “padrão surdo de ser” dentro da comunidade surda brasileira ou uruguaia, mas uma comunidade que habita uma fronteira borrada.

Esse encontro nos dá a condição de possibilidade de pensar em uma Comunidade Surda da Fronteira, “própria desse lugar” em suas manifestações particulares, através de seus artefatos culturais, em sua experiência “*compartida*”; designando uma outra forma de dizer sobre as suas experiências.

Escrevo sobre uma comunidade em sua singularidade, uma comunidade longe do “moderno mito político da comunidade”:

Da lógica do *Uno* que operou e continua aperando sob o fervor pelo consenso, o qual sustenta o entendimento e uso da ideia de comunidade na convicção segundo a qual as crenças, a maneira de pensar, normas de ação e valores de um coletivo que apela à sua identidade, devem ser assumidas do mesmo modo por todos os seus membros. (LARROSA & SKLIAR, 2011, p. 59)

Longe desta lógica que instaura a supressão da pluralidade e da diferença; penso em uma comunidade longe da ideia de necessidade de pureza ao se comunicar, ou que se comunica somente através de uma legalizada forma de ver, compreender e habitar o mundo, mas uma comunidade que no acontecimento do

múltiplo é habitada pela experiência que atravessa cada vida dos surdos nessa fronteira.

Tomo o conceito de comunidade em Strobel, mas desloco a ideia desta comunidade para longe do “mito da comunidade” e da pretensão de cumprimento de uma “comunidade total, indivisa; desfazendo-a do fio que se tem dado o nome de *consenso*.” (LARROSA & SKLIAR, 2011, p. 54). Longe desse entendimento, pensar o lugar é entender “uma comunidade discordante consigo mesma, infudada, alterada [no sentido de habitada pelo outro], excêntrica, multifacetada [...] incompleta, impura, conflitiva, aberta, arriscada.” (LARROSA & SKLIAR, 2011, p. 16)

A comunidade surda como uma invenção, para que “a diferença surda possa ser narrada de outro lugar” (LOPES, 2007, p. 72), um lugar onde posso pensar as identidades surdas e sua produção.

Uma comunidade pensada aqui, fora da “pretensa totalidade associada à ideia de harmonia da identidade coletiva” (LOPES, 2007, p. 72), que leva-nos a ver a comunidade como uma, “orgânica, natural, indivisível, identificada e de consenso” (LOPES, 2007, p. 72).

Digo isso, para pensar como uma comunidade surda na fronteira (Brasil/Uruguai), nas cidades-gêmeas de Santana do Livramento e Rivera tem se produzido junto com uma cultura surda, em uma **Comunidade Surda da Fronteira**, como um movimento singular em um fazer-se compartilhado através da experiência visual, “*la relación de los sordos con lo visual cobra particular sentido cuando pensamos que la lengua del grupo discurre por el canal visual y que eso confiere particularidades a su experiencia lingüística y discursiva.*” (PELUSO & LODI, 2015, p. 66).

Mas o que está possibilitando uma Comunidade Surda da Fronteira, nos termos que trago aqui? Será por causa do território compartilhado, ou melhor esse desterritório de fluxo intenso na fronteira; falo aqui de um território constituído geograficamente de forma que nos permite o “encontro”.

4.2 A FRONTEIRA

O trânsito livre, os laços familiares e outros tipos de relação (comerciais e eventos culturais, por exemplo) fazem com que ambos os espaços (brasileiro e uruguaio), sejam um só. (SANTOS, 2008, p. 17)

Antes de poder falar sobre as “pessoas do lugar” e dessa comunidade, preciso falar do “lugar” e do contexto de fronteira, a partir do qual emergem as possibilidades de pensar o compartilhamento dessa comunidade; pois, “todos nós nos localizamos em vocabulários culturais e sem eles não conseguimos produzir enunciações enquanto sujeitos culturais. Todos nós nos originamos e falamos a partir de “algum lugar” (BAUMAN, 2013, p. 93)

Penso então o conceito de fronteira como algo caro para esta escrita, para fazer ver a fronteira que tece os encontros de que falo; pois não estou tratando de uma fronteira que divide o que está dentro e o que está fora, que interrompe, obstrui, reparte ou delimita os que são e os que não são.

Trata-se de uma fronteira imaginária, uma “zona de contato” pensando com Bauman, [...] um termo que invoca “a coopresença espacial e temporal dos sujeitos anteriormente isolados por disjunturas geográficas e históricas [...] cujas trajetórias agora se cruzam”. (BAUMAN, 2013 p. 34)

Um acontecimento político-geográfico, localizado no Pampa Gaúcho, ao sudoeste do Rio Grande do Sul (Brasil) que se encontra com o Departamento de Rivera no extremo norte do Uruguai, duas cidades, dois países, duas nações que apesar das divisões político-geográficas fazem desse encontro uma cidade única, Santana do Livramento/Rivera, cidades-gêmeas, cidades conurbadas, em que fronteiriços, compartilham a vida em uma fronteira seca, onde uma linha divisória que é imaginária tenta estabelecer limites aos dois países.

Nenhuma grande cadeia de montanhas, nenhum intransponível curso d'água, nenhum deserto ou pantanal inabitável separam o Uruguai do Brasil. E, ao revés, como tudo concorreu para aproximar cultural, social e economicamente os dois povos, o resultado final foi uma área de interação intensa, onde a própria literatura começa a reconhecer a presença de “uma terra só” (FRANCO, 2001, p. 10).

Dois países, duas cidades, “uma fronteira”, uma em sua experiência *compartida* entre seus habitantes. Não há rio, ponte, montanha, acidente geográfico ou distância que separe essas duas nações; há um Parque que demonstra, marca, mas não delimita; na realidade mescla as cidades e a experiência dessa população.

Há um Parque onde pairam duas bandeiras (brasileira e uruguaia), um Parque, na realidade uma praça, denominada como “Parque Internacional”, onde no ideal imaginário da Modernidade, da garantia da soberania do Estado-nação a

fronteira teria que demarcar sua cisão. Mas ao contrário, é necessário pensar nesse conceito agora “sob rasura”, uma fronteira que no encontro *comparte*.

Um “Parque” que apenas ilustra para os visitantes as cidades e aonde acontece o encontro delas, um “entre-lugar”, num desterritório em uma linha imaginária de fronteira, que penso representar apenas metaforicamente a experiência dos surdos fronteiriços, da Comunidade Surda da Fronteira.

Fotografia 3 - Parque Internacional, Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY)



Imagem do Google, 2015

No Parque, ao centro há um Obelisco, o Obelisco da Paz, representando o lugar onde as nações se tocam, duas nações e um lugar que abriga, que acolhe surdos fronteiriços, onde a vida se faz no compartilhar, no “*compartir*” da experiência.

Os surdos fronteiriços compartilham um desterritório na fronteira, onde o Brasil e o Uruguai se tocam e produzem uma forma de existir, uma experiência particular de ser, através da experiência visual compartilhada vemos esse borramento na forma como os surdos se relacionam e se produzem nesse lugar.

No encontro das duas nações, o Parque Internacional funciona como a metáfora da escada como espaço liminar:

[...] situado no meio das designações de identidades, transforma-se no processo de interação simbólica [...] um encontro com ‘o novo’ que não seja parte do continuum [...] como um ato insurgente de tradução cultural” (BHABHA, 2013, p. 23).

Penso o conceito de fronteira, com Behares (1997, p. 110.), ao “*entender no solamente los limites geopolíticos sino todas las situaciones de contacto social, cultural y etnolingüístico*”.

4.3 UMA COMUNIDADE SURDA QUE COMPARTILHA

O compartilhar, como um “entendimento comum” (BAUMAN, 2003), não se trata de um consenso, pois o “consenso não é mais do que um acordo por pessoas com opiniões essencialmente diferentes, um produto de negociação e compromissos difíceis” (BAUMAN, 2003, p. 15),

Tal entendimento não é uma linha de chegada, mas o ponto de partida de toda união. É um “sentimento recíproco e vinculante – “a vontade real e própria daqueles que se unem”; e é graças a esse entendimento, e somente a esse entendimento, que na comunidade as pessoas “permanecem essencialmente unidas a despeito de todos os fatores que as separam” (BAUMAN, 2003, p. 15,16).

Estudos em Gomes (2011) me ajudaram a pensar como a comunidade surda tem se produzido discursivamente se utilizando de um imperativo conceitual, inventando modos de ser surdo que representam uma “essência surda”. Com esta autora desloco a forma de pensar em comunidade surda quando o discurso cultural conceitua comunidade surda e cultura surda, como: “sinônimo de língua” (GOMES, 2011, p. 133). Ao pensar, na Comunidade Surda da Fronteira esse alerta de Gomes (2011) sobre a Língua Brasileira de Sinais como referência para cultura surda, permite-me pensar que uma comunidade surda não se constitui a partir de uma ideia de purismo linguístico, mas a partir de outra coisa; uma experiência visual.

Não há uma forma única de ser surdo e não há uma essência acima de qualquer atravessamento cultural; há, sim, representações, códigos, sentimentos compartilhados por um grupo de pessoas, todos forjados nas experiências vividas por sujeitos surdos diferentes em espaços distintos. (LOPES, 2011, p. 88, grifo meu).

Penso que a experiência visual é a experiência através da qual o surdo produz o discurso e os artefatos culturais; a experiência visual não é um artefato da cultura, mas sim, a própria forma do surdo se produzir nesse mundo, “*la visualidad no es algo que les sea externo, sino constitutivo*”. (PELUSO & LODI, 2015, p. 66).

E assim, já não consigo mais pensar na experiência visual dentro de um cardápio de artefatos culturais como mais um elemento produzido pela cultura surda, como em Strobel (2009); pois entendo que a “*visualidad*” é o que constitui o surdo e produz a cultura surda.

O termo “cultura surda” (GOMES, 2011, p. 124) também tem sido utilizado para legitimar essa forma padrão surdo de ser.

O conceito “cultura surda” vem se tornando um dispositivo que coloca em funcionamento uma série de fatores que hoje se constituem em uma norma, não mais tendo o ouvinte como centro, mas colocando-se um padrão surdo essencialmente cultural. (GOMES, 2011, p. 133)

Penso com LOPES (2007, p. 15), que “não há uma forma única nem mais adequada de conceituarmos cultura”; assim “não há como pensar numa cultura em si, mas em acontecimentos vistos no interior de uma forma de vida que se organiza a partir de um universo de sentimentos produzidos a partir de condições comuns.” (LOPES, 2007, p. 22, grifo meu).

E nestas condições comuns que se produzem no interior desta Comunidade Surda da Fronteira, está o acontecimento da experiência visual como algo que é constitutivo do surdo e que neste lugar é compartilhada entre os surdos fronteiriços, esta comunidade surda se produz e produz outras e novas formas de se perceber e se constituir no mundo, compartilhando as línguas de sinais e se produzindo culturalmente.

A cultura atravessa “tudo aquilo que é do social” (VEIGA-NETO, 2003, p. 6), “a cultura é central não porque ocupe um centro, uma posição única e privilegiada, mas porque perpassa tudo o que acontece nas nossas vidas e todas as representações que fazemos desses acontecimentos” (HALL, 1997, p. 53)

Durante muito tempo a cultura foi “pensada como única e universal” (VEIGA-NETO, 2003, p. 7), pois:

a Modernidade não questionou seriamente os conceitos de Cultura e de educação; quase nunca esteve em pauta problematizar seus significados modernos. Ao contrário, o que se fez foi centrar as discussões a partir de uma base conceitual assumidamente comum para, a partir daí, analisar, propor, debater, pensar no âmbito da Cultura e da educação. Aceitou-se, de um modo geral e sem maiores questionamentos, que cultura designava o conjunto de tudo aquilo que a humanidade havia produzido de melhor [...] Nesse sentido, a Cultura foi durante muito tempo pensada como única e universal. (VEIGA-NETO, 2003, p. 7)

Esta cultura no singular, pensada como uma Cultura: como a única e determinante forma correta de ser e estar no mundo; uma Cultura (grafada com “C” maiúsculo), que se sobrepunha ao restante e era tomada como referência e modelo. A Cultura pensada como universalista, como padrão a ser seguido pelos “outros” povos, como modelo de civilidade, sinônimo de “um mundo mais limpo” e que “em relação à qual as demais manifestações e produções culturais dos outros povos não passariam de casos particulares [...] simples imitações, ou de degenerescências lamentáveis.” (VEIGA-NETO, 2003, p. 10).

A “Cultura”, como uma monocultura, um “panteão de grandes obras” (MATTELART, 2004, p. 11) que legitima os modos de vida de um determinado grupo social em detrimento de outros, fazendo “o rebatimento de tudo e de todos a um Mesmo; em termos culturais, significa uma identidade única e a rejeição de toda e qualquer diferença. (VEIGA-NETO, 2003, p. 10).

Foi só nos anos 20 do século passado que começaram a surgir as rachaduras mais sérias no conceito moderno de cultura,

Mais recentemente, politicologia e especialmente os Estudos Culturais foram particularmente eficientes no sentido de desconstruir – ou, às vezes até de detonar – o conceito moderno e nos mostrar a produtividade de entendermos que é melhor falarmos em *culturas* em vez de falarmos em *Cultura*. (VEIGA-NETO, 2003, p. 11).

Culturas, no plural, onde diferentes grupos sociais lutam pela imposição de seus significados à sociedade mais ampla, “suas maneiras de viver, sentir e pensar próprias de um grupo cultural” (CUCHE, 1996, p. 7).

se as atribuições de significados são, sempre e ao mesmo tempo, uma questão epistemológica e uma questão de poder – e, por isso, uma questão de política -, é fácil entender quando tudo isso se torna mais agudo quando se trata de significações no campo da cultura. (VEIGA-NETO, 2003, p. 11).

É a partir dessas condições culturais barganhadas por um grupo, em condições comuns, que por efeito se produz sentidos que a comunidade se institui. “A cultura de um grupo [...] funciona como contestação da ordem social” (MATTELART, 2004, p. 14) e a comunidade que compartilha culturalmente se constitui num movimento de resistência. Nesse sentido, a Comunidade Surda da

Fronteira impõe seus significados dentro dos jogos de poder, sem ser uma grande obra panteônica, mas sendo singular.

Produzindo-se como uma comunidade que não está em si mesma, mas nas “condições comuns” ou *compartidas*, da forma como venho dizendo sobre o compartilhar, de uma cultura surda produzida na fronteira e que vem produzindo os sujeitos como surdos fronteiriços.

Lembrando que não pretendo me ocupar do conceito de cultura, mas trazer para esta discussão a “centralidade da cultura para pensar o mundo” (VEIGA-NETO, 2003, p. 5) e a cultura surda para pensar as relações que o surdo estabelece com o mundo em comunidade, mais especificamente em uma comunidade surda, nas relações que essa comunidade compartilha; pois “é impossível abstrair a ‘cultura’ das relações de poder e das estratégias de mudança social” (MATTELART, 2004, p. 45).

Ao *compartir* essas relações, essa comunidade empreende uma luta de significações e poder com a própria forma de conceber a comunidade surda; cabe então pensar nas lutas de imposição de significados dentro das culturas surdas, fazendo inferência a Strobel (2009) que ao pensar o jogo de relações e poder, diz:

Cultura surda é o jeito de ser surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isso significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo. (STROBEL, 2009, p. 27).

A comunidade surda negocia significados dentro destas relações de poder consigo mesma e com uma comunidade ouvinte, mas também é representada simbolicamente por ela, são jogos e estratégias de significação.

Na fotografia abaixo, podemos ver que os surdos fronteiriços compartilham simbolismos que são próprios do encontro dessa Comunidade Surda da Fronteira, ao mesmo tempo que negociam com uma comunidade ouvinte seus modos de ver, entender e compreender o mundo.

Fotografia 4 - Feira Binacional do Livro 2013 (BRASIL/URUGUAI)



(arquivo pessoal, 2013).

Esta foto mostra o encontro da Comunidade Surda do Uruguai, de Rivera e de Montevidéu, com a Comunidade Surda de Santana do Livramento no momento da apresentação do Banner sobre o “Dia Nacional do Surdo”¹², na Feira Binacional do Livro de Santana do Livramento e Rivera em 2013.

Penso que os surdos fronteiriços têm produzido artefatos culturais que ilustram a sua cultura da fronteira, produzindo, apresentando e fazendo circular os significados, através da experiência de falar em uma língua de sinais, possível através da experiência visual como uma maneira de ser e estar no mundo; negociando com a própria comunidade surda; “a cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar” (HALL, 2013, p. 49).

Penso então na possibilidade de uma Comunidade Surda da Fronteira não pelo viés daqueles que são ou daqueles que não são, mas daqueles que a partir do acontecimento do encontro na fronteira compartilham as línguas de sinais, e se produzem através experiência visual como uma comunidade surda, partilhando essa experiência e se produzindo através dela.

Pensar a experiência visual, implica “*colocar en el centro de la cuestión los modos de decir específicos [...]*” (PELUSO & LODI, 2015, p.65), como algo que é constitutivo da experiência surda, “*la visualidad*”, como “*su modo de ser y estar en el*

¹² Este banner, “Dia Nacional do Surdo”, foi produzido por mim, no desempenho de minhas atividades como TILS na UNIPAMPA – Campus Santana do Livramento, em alusão ao dia 26 de Setembro (Dia do surdo no Brasil).

mundo, relativos a las experiencias visuales que los constituyen.” (PELUSO & LODI, 2015, p. 65)

la relación de los sordos con lo visual cobra particular sentido cuando pensamos que la lengua del grupo discurre por el canal visual y que eso confiere particularidades a su experiencia lingüística y discursiva [...] los sordos organizan el mundo lingüístico y enunciativo en el plano visual y, desde esa perspectiva, se puede considerar que la visualidad no les es externa, sino constitutiva de su subjetividad y de la forma en que organizan la realidad. (PELUSO & LODI, 2015, p. 66).

Tomei a experiência visual para entender como se produz esta particular experiência linguística e discursiva, em que os surdos como falantes de uma língua cuja materialidade é visual, produzem os artefatos da cultura surda, como a forma em que os surdos percebem, atuam e experimentam o mundo.

Esta particular forma de perceber, atuar e experimentar o mundo, pensada a partir da “*visualidad*” (PELUSO & LODI, 2015), como uma experiência linguística de ser falante de uma língua cujo significante tem uma materialidade viso espacial.

Segundo Perlin e Miranda “[...] surge a cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente se ser, de se expressar, de conhecer o mundo”(2003, p. 218). Uma prática de identidade que coloca a surdez não como deficiência, mas como diferença assim como entende Skliar (2013, p. 13): “não como um espaço retórico – a surdez é uma diferença – mas como uma construção histórica e social, efeito de conflitos sociais, ancoradas em práticas de significação e representações compartilhadas entre os surdos.”

Penso então, que a partir do acontecimento da experiência visual compartilhada neste encontro na fronteira, surge uma cultura surda através das línguas de sinais faladas pelos surdos fronteiriços e uma produção de artefatos culturais que transitam nesse espaço da fronteira, produzindo as condições de possibilidades para pensar a **Comunidade Surda da Fronteira**.

5 AS PESSOAS DO LUGAR E A COMUNIDADE SE CONSTITUINDO

Apresento-lhes pois, as “pessoas do lugar”, e trago nos materiais analisados, as narrativas das pessoas do lugar para que digam elas mesmas sobre essa experiência do encontro e de uma Comunidade Surda da Fronteira.

Apresento-lhes pois as pessoas porque não é só a questão do lugar; mas a partir deste lugar tentar mostrar como estas pessoas se relacionam, onde se encontram, as lutas políticas desta comunidade e pensar socialmente como se articulam.

Essas pessoas que não são as mesmas narradas no discurso de um imperativo conceitual da cultura surda (GOMES, 2011), pois estão fora do discurso que legitima a comunidade surda pensada dentro de um padrão de pureza linguística; mas, estão em outro lugar e se constituem num interstício, um “entre-lugar” da cultura surda.

O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com ‘o novo’ que não seja parte do continuum [...] ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural [...] reconfigurando-o como um “entre-lugar” (BHABHA, 2013, p. 29).

Uma comunidade surda nessa fronteira, um grupo de pessoas surdas e ouvintes de nacionalidades diferentes ou iguais, brasileiros ou/e uruguaios ou “doble-chapa”, fronteiriços, que falam em Língua Brasileira e Sinais (LIBRAS) e/ou a *Lengua de Señas Uruguaya* (LSU) e ainda, algo que é da ordem do encontro destas línguas de sinais na fronteira, um terceiro espaço de comunicação que vem sendo nomeado e traduzido como LIBRAÑOL ou LIBRALSU; assim como falam em Português, e/ou Espanhol e o *Portuñol*, se relacionam, se compreendem e nos contam a partir de suas narrativas sobre os laços que compartilham.

Para fazer ver essa comunidade surda, descrevo uma pequena parcela dessa população que vive e compartilha a vida nesse lugar, um pequeno grupo que ao participar do projeto de extensão “Produção de Artefatos da Cultura Surda na Fronteira” 2014, 2015 e 2016; possibilitaram que seus discursos ficassem registrados e agora sejam analisados.

Olho para essas produções como uma possibilidade que “permite-nos acessar, através da língua de sinais os significados culturais e de identidades

surdas, presentes em materiais empíricos que circulam nos artefatos culturais. (KARNOFF, 2013, p. 411).

Considerando que os materiais utilizados como materialidade nesta pesquisa fazem parte do banco de dados do PACSF 2015; tomei desse banco de dados uma produção de imagens em forma de “avatares” produzidos pelos sujeitos que participam do projeto para identificá-los.

Estes avatares foram produzidos pelos extensionistas do projeto PACSF 2016, em uma oficina sob a proposta de criação dos avatares no dia 13.05.2016, sob a coordenação de Mariana Figueira e Ruth Castro.

A utilização dos avatares para identificar as pessoas desta comunidade foi uma escolha pensada em função da “*visualidad*”. Um avatar é uma figura criada para representar uma pessoa permitindo a personalização através de imagens em forma de desenho digital dentro do computador “ganhando assim um corpo virtual. Esta criação fica parecida com um avatar por ser uma transcendência da imagem da pessoa”¹³





























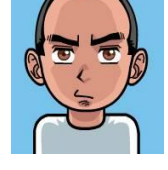

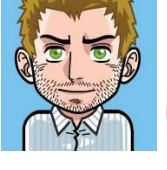




Utilizo esse artefato cultural produzido e registrado no banco de dados do PACSF, como um modo de trazer as narrativas escolhidas para análise de forma criativa e apresentar essa comunidade e os sujeitos que a constituem, através dessas imagens.

Utilizo ainda, os avatares, como uma estratégia visual para identificação desses sujeitos e de suas narrativas; os avatares serão utilizados como imagens fictícias, construída pelos próprios sujeitos e apresentadas aos membros do grupo como imagens atribuídas as pessoas dessa comunidade, e aproveitadas na pesquisa para que sejam preservadas as identidades; assim estes desenhos representam as pessoas da comunidade, mas os nomes atribuídos a eles são fictícios.

Penso que apresentar as pessoas dessa comunidade através dos avatares, tem a expressão e intenção de trazer o que é próprio dos sujeitos surdos na sua relação com o mundo; assim, os avatares que compõem essa escrita são desenhos, imagens discursivas, que tomo para dar rostos as narrativas.

¹³(<http://www.significados.com.br/avatar/>, acessado no dia 17 de maio 2016)

Apresento abaixo a tabela com uma pequena parcela dessa população, as pessoas dessa comunidade, tendo em vista que é sobre suas narrativas, sobre o que dizem e como dizem de si, que me é possível dizer sobre uma Comunidade Surda da Fronteira.

  Ângela	  Maria	   Karina
  Alceu	  Luciano	   Fabrício
  Livia	  Andrei	  Carla
  Sara	  Denis	    Bárbara
  Roberto	  Lucas	   Tiago

A materialidade analítica desta dissertação, as narrativas, são trazidas aqui, como:

La identidad individual (el yo narrativo) es entonces un tipo de narración que nos devuelve la imagen acerca de quiénes somos, al tiempo que debemos

negociar dicha narración con otras narraciones que también nos dicen quiénes somos desde el contexto social. (PELUSO, 2010, p. 20).

Estas narrativas serão trazidas para análise no corpo do texto através destes “avatares” como forma de identificação dos sujeitos que dizem de si e de suas experiências compartilhadas e, também, pela ilustração da bandeira (bandeira do Brasil, do Uruguai e dos Estados Unidos), para que se possa localizar durante as transcrições qual nacionalidade tem os sujeitos. Isso só se torna importante, no decorrer da análise, para entender a dinâmica dessas histórias; porém não configura uma amarração fixa a alguma identidade nacional, pois operando com as análises, mais adiante, identificarei que a identidade está sendo tomada pelo “pertencimento” uma relação de pertencer que está orientado pela experiência visual, “a noção de pertencimento a determinado grupo foi um dos acontecimentos que marcaram não só a compreensão do termo cultura, como também a dos termos identidade e diferença.” (LOPES, 2007, p. 22).

5.1 O DISCURSO DOS SURDOS FRONTEIRIÇOS

Eis aqui, os sujeitos dessa comunidade surda e o que dizem de si, sobre o que compartilham nesse lugar que os constituí como uma Comunidade Surda da Fronteira, discursos estes tecidos a partir de cinco possibilidades analíticas sistematizadas:

1. Movimento diaspórico: refere-se a circulação entre as cidades-gêmeas, movimentada pelas relações da vida cotidiana, pelo falar e pela busca do surdo pela escolarização nas instituições de ensino de Santana do Livramento e Rivera, considerando a especificidade da experiência visual como constitutiva do surdo, dizendo que o trânsito das pessoas nesse desterritório produz identidades surdas borradas e produz modos de vida que são singulares dessa comunidade surda.
2. Espaços e lugares de encontro da comunidade: os espaços escolares, as instituições de ensino na fronteira (a escola regular, escola de surdos e a Universidade), como espaços que proporcionam o encontro e articulação desta comunidade surda, como um marco de resistência.
3. Agenda de lutas da comunidade: as manifestações políticas desta comunidade surda, que em conjunto se mobiliza em defesa da língua de

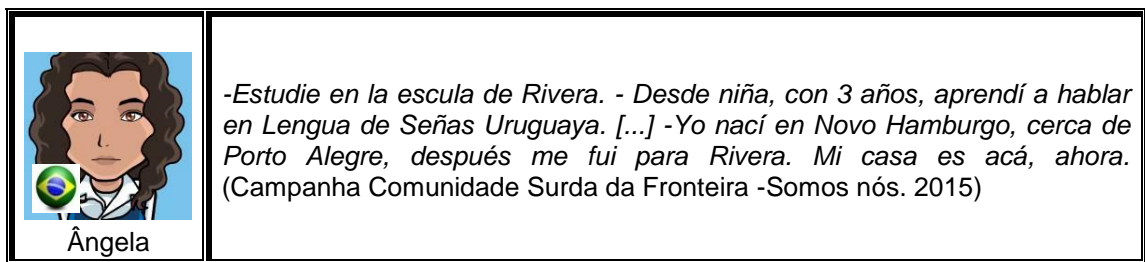
sinais e das identidades surdas.

4. Pertencimento a Comunidade Surda da Fronteira: um sentimento de pertencimento a esta comunidade surda, como um discurso de resistência e estranheza em que os surdos se narram fora de um “padrão surdo de ser” e optam por pertencer a uma comunidade surda, arriscada, aberta.
5. Línguas de Sinais Compartilhadas na Fronteira: nos encontros nesta fronteira entre o Brasil e o Uruguai, os surdos falam em LIBRAS e LSU, emerge deste acontecimento o que penso ser um “artefato cultural linguístico” Strobel (2009), uma língua de sinal compartilhada na fronteira, produzindo neste interstício a diferença.

Digo que, ao entrar em contato com as narrativas, passa por mim um olhar analítico que busca mais que palavras, mas pensar o que me afeta, na forma como os sujeitos dessa comunidade se narram, o que está dito e o que está silenciado aqui.

5.1.1 Movimento diaspórico

Começo com a primeira possibilidade analítica que emerge na materialidade; falando da circulação de pessoas entre o Brasil e o Uruguai, movimentado pelas relações da vida cotidiana, pelo falar e pela busca do surdo à escolarização, onde vemos operar um trânsito que borra a fronteira.



*Utilizo a caixa de texto para identificar os fragmentos das narrativas que trago como materiais para a análise na pesquisa.

Vemos operando através desta narrativa o trânsito de pessoas que ocorre na fronteira, esse trânsito, sem território certo, produz uma experiência que atravessa a vida das pessoas desse lugar, no “entre” Brasil e Uruguai.

Esta narrativa contada por Ângela, nos diz que nasceu na cidade de Novo Hamburgo, estado do Rio Grande do Sul (Brasil), mudou-se para Santana do Livramento e empreendeu um movimento de trânsito ao acessar a escola na cidade de Rivera. A forma como ela nos diz essas coisas em *Lengua de Señas Uruguaya* (LSU), traduzido para o Espanhol, nos diz que a experiência de vida de Ângela está atravessada pelo trânsito entre as duas cidades, Santana do Livramento e Rivera, e entre as línguas de sinais que ali circulam.

Quando Ângela nos diz que nasceu em Novo Hamburgo, está nos dizendo que é brasileira, mas atento para a forma como ela nos diz essas coisas em LSU, que é a língua de sinais do Uruguai e ainda complementa, revelando seu sentimento de pertencimento ao dizer “*Mi casa es acá, ahora*”.

O trânsito que vemos nesta narrativa e poderá ser identificado em outras adiante, tem produzido identidades surdas compartilhadas na fronteira, pois como falantes de línguas de sinais que se encontram nesta experiência singular, os surdos da fronteira tem se produzido neste contexto bilíngue entre a LIBRAS e a LSU.


E tendo em vista que se produzem através das línguas de sinais que compartilham na fronteira, a comunidade tem se produzido fora de uma legalizada¹⁴ forma de ser surdo tanto no Brasil quando no Uruguai, pois os surdos fronteiriços para poderem se comunicar e compartilhar os significados; considerando a invenção de um lugar de pertencimento, borram a fronteira, as identidades nacionais e linguísticas.

la percepción de pertencimento es un aspecto de la identidad social o grupal. Es la sensación subjetiva que tienen los miembros de un grupo de pertenecer al grupo en cuestión, al tiempo que la percepción de pertenecer a ese grupo es vista también desde el exogrupo. Es imposible imaginar un grupo social sin que sus integrantes, a al menos la mayoría de ellos, tengan una conciencia de pertenencia a dicho grupo. (PELUSO, 2010, p. 24)

Ângela ainda nos diz, agora em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e traduzido para o Português sobre sua experiência de escolarização no “entre” as cidades de Santana do Livramento e Rivera, contando que iniciou sua vida escolar

¹⁴ Uso legalizada aqui no sentido de mostrar que na perspectiva da cidadania e do direito a escolarização esses sujeitos “deveriam”, cada qual, procurar em seus países de origem acesso a esse direito, da mesma forma ao serem usuários de uma língua de sinais, seja LIBRAS ou LSU, como línguas oficiais do Brasil e Uruguai.


em Rivera e depois mudou-se para a escola em Santana do Livramento, e esse é um modo de se produzir no “entre” a fronteira.

 <p>Ângela</p>	<p>-Estudei no Uruguai, em escola só pra surdos desde os três anos, num grupo próprio para surdos, não sabia a língua de sinais e fui crescendo só oralizada [...] -Aprendi no Uruguai a Língua de Sinais e vim pra Livramento/Brasil com 16 anos e aprendi LIBRAS, precisava aprender para me desenvolver melhor. Sei as duas línguas, do Brasil e do Uruguai. (Campanha Comunidade Surda da Fronteira -Somos nós. 2015)</p>
---	---

Podemos ver o transitar entre as cidades-gêmeas materializado através das experiências escolares de Ângela, pois ela inicia seus estudos muito pequena no Uruguai, mesmo sendo brasileira é instruída em LSU, ao mudar para a escola no Brasil ela aprende a LIBRAS e se considera, por ter vivenciado esta experiência, uma pessoa que sabe “as duas línguas, do Brasil e do Uruguai”, quando a mesma se refere a duas línguas está falando das línguas de sinais, porém cabe ressaltar que a mesma é alfabetizada em Espanhol e também em Português, línguas orais.

Em outra narrativa vemos também o trânsito dessa comunidade surda “no entre”, a fronteira. Esse trânsito de que falo está sendo pensado na transitoriedade tendo na experiência visual uma busca dos surdos por instrução, pensada a partir da “*visualidad*”, tendo as Escolas: Instituto Estadual de Educação Liberato Salzano Vieira da Cunha, escola brasileira que trabalha sob a perspectiva da inclusão de surdos; e a *Escuela 105 - Escuela para Personas Sordas e con Alteraciones de Lenguaje Maestro Vicente Foch Puntigliano*, do Uruguai, escola especial para surdos; como instituições importantes que aparecem nessas narrativas.

Muitos surdos que vivem nessa fronteira, independente de serem uruguaios ou brasileiros iniciaram a vida escolar no Uruguai em função da *Escuela 105*, escola especial para surdos em Rivera, como vemos na narrativa abaixo:

 <p>Fabrício</p>	<p>-Estudei até os 10 anos no Uruguai, depois fui para Escola Liberato (Brasil), sala de recursos, com 14 anos” (Campanha Comunidade Surda da Fronteira -Somos nós. 2015)</p>
---	---

Fabrício nos conta que iniciou a vida escolar no Uruguai e mudou-se mais tarde para a escola no Brasil. Preciso aqui, pensar na história de Fabrício, o porquê que um surdo brasileiro buscar escolarização em outro país?


O que Fabrício e tantos outros surdos no passado e ainda hoje buscam ao cruzar a fronteira? Penso que ao atravessar a fronteira, ainda que seja uma fronteira gêmea, com uma vida tão conurbada como esta, os surdos estão forçando um movimento migratório em busca de escolarização; e mais, não se trata somente de acessar a escola, mas os surdos na fronteira estão em busca de uma escola que contemple e respeite a constituição do ser surdo como sujeito que se produz em uma língua de sinais através da experiência visual.

Lembrando que na cidade de Rivera (Uruguai) temos a *Escuela 105*, escola de surdos com uma educação em *Lengua de Señas Uruguaya* (LSU), e é em busca de escolarização em uma língua de sinais que os surdos borram a fronteira.

A fronteira político e geográfica do Estado-nação não constituiu aqui uma barreira, a fronteira entre as línguas de sinais a LIBRAS e a LSU não constitui uma barreira; a barreira que precisa ser transposta, neste caso, é a barreira da comunicação entre as línguas orais e as línguas de sinais; e, a meu ver, parece ser por este motivo que estes surdos tem empreendido uma fuga, que pode ser lida como uma busca por uma escolarização pensada a partir da experiência visual.

As questões de nacionalidade e pertencimento ao Estado-nação, não são consideradas como problema ou impedimento nesse trânsito empreendido entre os surdos dos dois países, apesar de identidades e culturas nacionais diferentes, além das línguas de Estado, orais-auditivas (o Português e o Espanhol), e viso-manuais (LIBRAS e LSU); estas questões não são consideradas como impedimentos, pois o que parece realmente estar sendo buscado nesse trânsito é a possibilidade do surdo se constituir, acessar, interagir e se comunicar com o mundo através da “*visualidad*”.

E esse trânsito tem produzido identidades culturais que podemos dizer fora de um contexto da fixidez; móveis e cambiantes que produzem um sujeito da surdez que se produz de diversas formas, através das nacionalidades e línguas que lhe atravessam e, principalmente, borram essa fronteira em busca de constituírem-se na experiência visual.


	<ul style="list-style-type: none"> - Nasci no Uruguai. - Estudei no Uruguai e no Brasil. Eu sou oralizado. Sei falar Português e um pouco de Espanhol. LIBRAS e também um pouco de sinais do Uruguai misturado LIBRAS e LSU. - Um pouco dos dois países Brasil e do Uruguai. - Eu tenho identidade brasileira e uruguaia. - Eu participo da Comunidade Surda da Fronteira. (Campanha Comunidade Surda da Fronteira -Somos nós. 2015)
<p>Fabrcio</p>	

“Eu tenho identidade brasileira e uruguaia”, implica em ser duas pessoas de uma só vez? Sim e não, prefiro pensar que se trata de uma pessoa em sua forma singular de existir entre esses dois países, Fabrício é um sujeito “doble-chapa” e não é apenas um documento que lhe faz borrar a fronteira, mas as suas experiências de vida e de trânsito nesse contexto.

Nesse trânsito na fronteira, temos a particularidade dessa história de vida que produziu Fabrício como bilíngue nas línguas orais e bilíngue nas línguas de sinais, e que apesar de falar quatro línguas e ser oralizado como ele mesmo diz, opta em pertencer à comunidade surda quando nos diz “Eu participo da Comunidade Surda da Fronteira” produzindo-se como pertencente a uma comunidade descentrada que como ele mesmo nos apresenta, não está em uma língua ou na outra; mas em outro lugar, na experiência de falar em uma língua de sinais, possível através da experiência visual.

Observo que a escolha de narrar sobre a comunidade constituí um discurso de resistência desses sujeitos que se nomeiam como parte de algo, que dizem partilhar interesses em comum. Suas identidades se produzem fora dos contornos imperativos de surdez e pertencimento a uma comunidade surda genuína ou verdadeira; mas é pela experiência visual e nas relações de compartilhamento na fronteira que eles constituíram-se, sem exigências de demarcações ou delimitações do que é ou não é ser surdo ou uma comunidade surda, mas ligados pela experiência visual.

As línguas de sinais faladas por essa comunidade (LIBRAS e LSU) não demarcam as beiradas e nem enquadram as experiências de vida que são tomadas pelo trânsito na fronteira, mas outros contornos se dão aqui: a partir da experiência visual.

 <p data-bbox="325 459 405 488">Karina</p>	<p data-bbox="475 271 1390 360">- Eu nasci em Livramento. Mas não tem escola própria para surdo em Livramento. Então fui estudar no Uruguai, porque lá tem uma escola própria para surdos.</p> <p data-bbox="475 362 1390 488">- Eu entrei com 2 anos e terminei os estudos com 12 anos. Eu estudei até o 6º ano e terminei, mas faltava o Ensino Médio. No Uruguai faltava cursar o equivalente ao Ensino Médio no Brasil porque não tem professor intérprete. (Campanha Comunidade Surda da Fronteira -Somos nós. 2015)</p>
---	---

Brasileira, santanense, inicialmente começa sua vida escolar no Uruguai, por não haver em Livramento uma escola que desse conta de sua instrução como surda, e justifica sua escolha dizendo “então fui estudar no Uruguai, porque lá tem uma escola própria para surdos”.

Ainda que a escola no Uruguai tenha atendido inicialmente seus primeiros anos de instrução, até o 6º ano primário, precisou passar para o outro lado da fronteira, que na realidade era sua cidade de nascimento para dar continuidade a sua vida escolar.

Arrisco-me a dizer que na experiência dessa comunidade surda, não há o retorno a “cidadezinha de origem” (BAUMAN, 2013, p. 85), mas um movimento diaspórico¹⁵ entre o Brasil e o Uruguai, entendendo o diaspórico nesse contexto, quando esses sujeitos cruzam uma fronteira borrada em busca de escolarização, empreendem um movimento trilhado por muitos outros no passado e ainda no presente.

¹⁵ [...] a questão da diáspora é colocada aqui principalmente por causa da luz que ela é capaz de lançar sobre as complexidades, não simplesmente de se construir, mas de se imaginar a nação. (HALL, 2013, p. 28)

Fotografia 5 - Visita a *Escuela 105*



Banco de Dados do Projeto de Extensão PACSF, 6.13 Visita a *Escuela 105* 26.11.2015, foto 6.13 (2)

A exemplo da narrativa de Karina, podemos ver nesta foto tirada durante uma visita a *Escuela 105* no ano de 2016, a dinâmica de ensino empregada na escola ao observar: a estrutura do piso de madeira¹⁶, os materiais didáticos em língua de sinais expostos pela sala, as professoras que desenvolvem as atividades didático-pedagógicas são ouvintes, porém são bilíngue (fluentes em LSU) e conta com uma Instrutora Surda. Nessa sala de aula juntamente com os alunos uruguaios há uma criança brasileira.


Essa fuga que falo, “esta criança brasileira”, não é uma fuga da fome, da miséria da guerra, mas ainda sim uma Diáspora¹⁷; um movimento de resistência do cotidiano em busca de melhores condições de ensino, em uma escola que respeite a experiência visual do surdo pensada aqui, como: “*visualidad*”.


los sordos organizan el mundo lingüístico y enunciativo en el plano visual y, desde esa perspectiva, se puede considerar que la visualidad no le es externa, sinoconstitutiva de su subjetividade y de la forma en que organizan la realidad (PELUSO & LODI, 2015, p. 66).

¹⁶ A estrutura do piso em madeira, era considerada a melhor para as salas de aula dos surdos, em função de um viés educacional oralista, que considerava que o piso de madeira seria mais adequado para propagação das ondas sonoras.

¹⁷ [...] – a migração e os deslocamentos dos povos têm constituído mais a regra que a exceção, produzindo sociedades étnica ou culturalmente “mista”. (HALL, 2013, p. 60)

Assim, penso que as identidades se apresentam “borradas”; como na narrativa de Karina, citada acima, que é uma Instrutora de *Lengua de Señas Uruguaya (LSU)*, que é brasileira, mas estudou no Uruguai; esse trânsito coloca em movimento uma diáspora que os surdos produziram e viveram na fronteira, que se materializa também em outros fragmentos que trago abaixo:

	<p>-Todos os surdos de Livramento foram estudar em Rivera porque aqui não tinha escola. [...] não é uma escola, mas é uma sala especial no Liberato, inclusão. (Rodas de Conversa, 2015)</p>
<p>Alceu</p>	

	<p>-Porque no Liberato não tem intérprete, no Uruguai tem uma escola própria, minha mãe procurou e não encontrou nada, ela descobriu no Uruguai e ficou muito feliz, deu graças a Deus! Me levou para estudar lá. (Rodas de Conversa, 2015)</p>
<p>Ângela</p>	

Este movimento diaspórico que falo, pode ser evidenciado através das trocas de escola, quando os surdos estudam hora no Uruguai, hora no Brasil; deixando para esta análise a possibilidade de pensar que as narrativas demarcam uma característica, uma ordem discursiva marcada pela opção de uma educação pensada a partir da “*visualidad*”.

Nessa ordem discursiva que circula na comunidade surda local, a cidade de Santana do Livramento não tem uma escola para surdos, tem uma escola regular que trabalha com inclusão e não tem estrutura para tal, visto que não conta com o profissional intérprete de língua de sinais. Já na cidade de Rivera há uma escola especial para surdos que aparece no contexto dessas narrativas como uma melhor opção para a educação e instrução de surdos, ainda que seja em outro país, outra língua.

A escola de surdos nestas narrativas apresenta-se para além de uma opção para instrução dos surdos, aparece como um espaço de identificação dos surdos pois ao compartilharem uma experiência de falar em uma língua de sinais, possível

através da experiência visual, produzem uma maneira de ser e estar no mundo, e é isso que parece estar em jogo nesta escolha, neste trânsito, nesta diáspora.

Há um espaço-tempo da experiência de vida nessa fronteira em que já não há uma nacionalidade e um pertencimento cultural ligado ao país de nascimento, mas há um trânsito que possibilita o encontro entre as comunidades surdas de Livramento e Rivera e este trânsito produz o “outro”, esses sujeitos surdos que se constituem a partir dessas relações, identidades nacionais borradas; são fronteiriços e suas identidades culturais são identidades produzidas dentro das relações de reconhecimento cultural, “cultura como formas, processos de marcação e não como qualidades ontológicas” (LAROSSA & SKLIAR, 2012, p. 128).

Podemos ver através destas narrativas os caminhos trilhados pelos surdos ao compartilharem as instituições de ensino no Brasil e no Uruguai, esses caminhos criam um espaço de vida e de experiência, um trânsito movimentado pela busca do surdo à escolarização nas instituições de ensino de Santana do Livramento e Rivera, que pode ser lido como um movimento diaspórico.

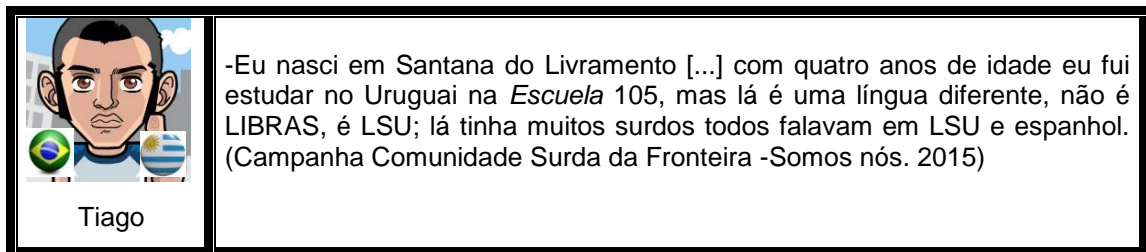
As pessoas tem se mudado por várias razões – desastres naturais, alterações ecológicas e climáticas, guerras, conquistas, exploração do trabalho, colonização, escravidão, semiescravidão, repressão política, guerra civil e subdesenvolvimento econômico. (HALL, 2013, p. 60).

Falo desse trânsito na fronteira, desse movimento migratório empreendido pelos surdos entre o Brasil e o Uruguai, que não é um movimento de fuga de desastres naturais, escravidão, colonização ou guerra, mas ainda assim uma diáspora, que está sendo movimentada por uma “busca”. Uma busca operada por uma necessidade de estar junto, de compartilhar a experiência visual, e assim compreenderem-se e se produzirem no mundo.

Assim, não são as bandeiras, mas os encontros que movimentam essa comunidade, os sujeitos envolvidos, independente de nacionalidade transitam para encontrar “algo”, este “algo” opera uma “busca” no trânsito, uma “busca” para compartilhar uma experiência visual que está desligada da ideia de pertencimento ao país ou de uma língua, mas está relacionada com a sua constituição como surdos; é uma “busca” pela experiência visual para se constituírem, e isso faz ir de um lado ao outro.

Esse ir de um lado ao outro, nesse movimento através de uma linha imaginária de fronteira, uma linha que se torna somente política-geográfica e que perde o sentido para a Comunidade Surda da Fronteira; pois este trânsito opera identidades culturais fazendo com que a experiência de vida compartilhada não encontre barreiras, não respeite divisas nem marcos de fronteira; onde emerge dessas relações um movimento que proporciona pensarmos na diferença, uma comunidade desterritorializada, desnacionalizada; liberta de bandeiras, que opera efeitos entre os surdos dos dois países; em uma fronteira borrada, onde não é possível estabelecer o “um” e o “outro”, apenas traduzí-los como diferença.

Vemos estas relações em mais um fragmento abaixo:



Em mais uma narrativa é possível ver os surdos da fronteira nesse trânsito, em que mesclam as vidas nos espaços de convivência e de formação, quando fronteiriços acessam as mesmas escolas, ora no Brasil, ora no Uruguai, a fim de receberem uma instrução que contemple a garantia de acesso à informação através de uma língua de sinais; e ademais, acontece em todos os espaços, pois é da ordem do encontro, do acontecimento e não da ordem da regulamentação.

A instituição escola aparece fortemente no discurso dessa comunidade como geradora e operadora desse trânsito intenso; surdos fronteiriços buscam escolarização dos dois lados da fronteira, não sendo motivo de estranheza para essa comunidade o desterritório, onde o “dentro” e o “fora” já não são mais contornos, pois se mesclam a partir da necessidade de se produzirem através da experiência visual.

Não posso dizer que essa comunidade surda assenta-se apenas na experiência da institucionalização escolar nos limites nacionais e além, mas digo que essas relações estão atravessadas pela experiência “*compartida*” que faz ver a forma como os surdos da fronteira; no compartilhar: produzem, apresentam e negociam significados da cultura surda.


5.1.2 Espaços e lugares de encontro da comunidade

Trago agora na narrativa dos surdos fronteiriços: os espaços escolares, as instituições de ensino na fronteira (a escola regular, escola de surdos e a Universidade), que aparecem nestas narrativas como espaços que proporcionam o encontro e articulação desta comunidade surda, como um marco de resistência.

Estes espaços escolares como ponto de encontro e articulação da Comunidade Surda da Fronteira aparecem já na primeira categoria das análises, quando os surdos mencionam as escolas que frequentaram no período da escolarização.

Porém, trago nesta segunda possibilidade analítica o olhar para estas instituições de ensino, como um ponto de encontro e articulação da comunidade surda, pensando com Peluso (2010, p. 75) na importância destas instituições como espaços de nucleamentos, *“la existencia de organización formal o no formal y un marco institucional de resistência”*.

Vejamos a narrativa abaixo:

 <p data-bbox="316 1422 395 1451">Andrei</p>	<p data-bbox="459 1258 1393 1411">- Nasci em Livramento. - Estudei na Escola Liberato quando criança e depois parei de estudar. - Eu estava só em casa e por aí pela cidade. [...] - Tem encontros todas as sextas. É muito bom! - Os uruguaios participam das palestras também. É muito bom! (Campanha Comunidade Surda da Fronteira -Somos nós. 2015)</p>
---	---

Nesta narrativa Andrei conta um pouco sobre como se dão alguns desses encontros e a forma como eles vêm acontecendo nessa fronteira, como possibilidades de nuclear a comunidade surda. Em sua narrativa ele nos diz que se encontrou com esta comunidade no passado e ainda no presente, ao estudar na “Escola Liberato quando era criança” e, agora, nos “encontros todas as sextas”, referindo-se aos encontros do projeto PACSF.

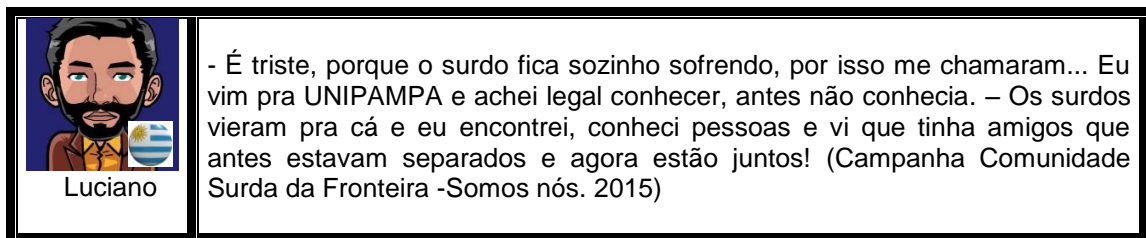
Com esta narrativa Andrei me diz que após um período de escolarização na infância e o desligamento da instituição de ensino houve na sua perspectiva um desligamento das relações com esta comunidade, quando ele fala “Eu estava só em casa e por aí pela cidade”, ele demonstra com esta fala que sentia falta de estar

imbricado com a comunidade surda e que ao participar agora do projeto PACSF na UNIPAMPA, e ao falar “Tem encontros todas as sextas. É muito bom!” sente-se articulado novamente às questões e objetivos da comunidade surda.

As instituições de ensino tem recebido essa comunidade surda, e desenvolvido ações que produzem nesse contexto um espaços aonde a Comunidade Surda da Fronteira encontra-se e opta em estar junta no compartilhar, e assim:

A través de sus instituciones la comunidad sorda ejerce una fuerza resistencial como endocultura, generando marcos culturales y discursivos que permiten al grupo dominante comenzar a ver a la comunidad sorda no ya como un conjunto sordomudos aislados, sino como un centro de contracultura que se debe comenzar a respetar. (PELUSO, 2010, p. 75)

Na narrativa que segue temos um sentimento que se assemelha a narrativa anterior:




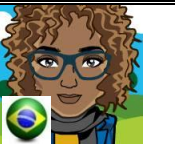
Com esta narrativa, vemos uma comunidade surda que se encontra nessa fronteira também nos espaços acadêmicos da Universidade Federal do Pampa, participando do projeto de extensão “Produção de Artefatos da Cultura Surda na Fronteira”, uma comunidade que se busca e se reúne, reinventa-se, a partir da necessidade de compartilhar a experiência visual.

Luciano nos conta que “tinha amigos que antes estavam separados e agora estão juntos!”, e vejo então que as instituições de ensino aparecem nestas narrativas como uma possibilidade de uma força catalizadora e articuladora dos encontros surdos e dos movimentos de resistência surda, “*esta fuerza en parte es manifiesta y planificada, ya que se construye desde las organizaciones de surdos y se transforma em poder político al tener el aval de instituciones públicas*”. (PELUSO, 2010, p. 75).

Apresento outras duas narrativas, onde aparecem duas brasileiras que estudaram no Brasil durante toda a vida escolar, em regime de inclusão e nunca

estudaram no Uruguai, mas são assíduas nos encontros com os surdos dessa comunidade, na UNIPAMPA onde os surdos fronteiriços se encontram.


 <p data-bbox="331 591 403 618">Maria</p>	<p data-bbox="483 434 1382 618">- Oi tudo bem! Meu nome... meu sinal...[...] -Eu nasci em Livramento, eu estudei na Escola Liberato já me formei. Agora eu estudo no Projeto Pampeano da UNIPAMPA. Eu participo do Curso aqui na UNIPAMPA na fronteira do Brasil e do Uruguai, eu aprendi um pouco sobre o Uruguai mas sou melhor no Português. (Campanha Comunidade Surda da Fronteira - Somos nós. 2015)</p>
--	--

 <p data-bbox="339 880 395 907">Livia</p>	<p data-bbox="483 741 1382 869">-Oi, tudo bem! Meu nome é ... meu sinal é este. [...] - Eu nasci em Livramento, Estudei na Escola Liberato nas Séries Iniciais e Ensino Médio. - Novamente na Escola Liberato, fiz o Magistério. (Campanha Comunidade Surda da Fronteira -Somos nós. 2015)</p>
--	--

Nas histórias de vida narradas por Maria e Livia, poderia pensar que ao estudarem somente no Brasil elas não estariam ligadas a Comunidade Surda da Fronteira, porém, pelas narrativas anteriores sabe-se que muitos surdos estudaram na *Escuela 105* e depois trocaram para a Escola Liberato, e assim se deu a possibilidade do encontro também de Maria e Livia com esta comunidade, que apesar de nunca terem trocado de escola, viveram o trânsito entre as escolas ao terem contato com os surdos que se movimentaram entre as duas instituições de ensino.

Maria nos diz que tem contato e conhecimento das questões da língua e cultura surda do Uruguai, mas que se sente à vontade com o Português, “Eu participo do Curso aqui na UNIPAMPA na fronteira do Brasil e do Uruguai, eu aprendi um pouco sobre o Uruguai mas sou melhor no Português”.

A Universidade vem sendo narrada como espaço onde os surdos fronteiriços se encontram:

 <p data-bbox="323 2011 387 2038">Carla</p>	<p data-bbox="474 1852 1393 2011">- <i>Mi esposo es sordo, Alvaro, tiene muchos amigos en Livramento; en la UNIPAMPA, tiene muchos sordos que enseñan, vienen de Brasil, enseñan cosas importantes, profundan conocimientos.¡Legales! ¡Tambien mi esposo me chamo a venir a Brasil, ver estas cosas buenas!</i> (Campanha Comunidade Surda da Fronteira -Somos nós. 2015)</p>
--	---

A narrativa de Carla em LSU e traduzida para o Espanhol ou Portunhol, reforça o entendimento do que tenho postulado aqui, que os surdos da fronteira, brasileiros e uruguaios, se encontram e se produzem culturalmente juntos nesta fronteira a partir da busca por compartilhar a experiência de falar em uma língua de sinais, possível através da experiência visual como uma maneira de ser e estar no mundo e as instituições de ensino se dão como importantes espaços de encontro surdo-surdo.

5.1.3 Agenda de lutas da Comunidade

Apresento-lhes nesta terceira possibilidade analítica algumas narrativas que escolhi trazer para esta dissertação, pois penso que através delas é possível mostrar algumas agendas de lutas desta Comunidade Surda da Fronteira: como as manifestações políticas em que os surdos fronteiriços, em conjunto, se mobilizam em defesa da língua de sinais e das identidades surdas.

Esta agenda de lutas está nos movimentos realizados pela comunidade surda, como uma comunidade que produz, apresenta e faz circular seus significados à comunidade em geral e para a própria comunidade surda, produzindo modos de vida e de ser surdo, entendendo que [...] todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder. (WOODWARD, 2000, p. 18). “Isso significa que as identidades compostas no grupo são negociadas entre seus componentes e a experiência que cada um possui. Esse conjunto de elementos culturais constitui as identidades.” (LUNARDI, 2005, p. 54)

Penso que os movimentos políticos promovidos por esta comunidade, tem produzido um “artefato político” Strobel (2009) que é compartilhado nessa fronteira, produzindo assim práticas de significação de elementos culturais que em conjunto vem imprimindo no mundo uma forma de ser e estar *compartida*.

Essa Comunidade Surda da Fronteira, compartilha, produz, apresenta e faz circular os artefatos de sua cultura, também através das lutas e dos movimentos políticos em defesa das línguas de sinais faladas na fronteira, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a *Lengua de Señas Uruguaya* (LSU) e ainda uma terceira possibilidade de comunicação uma Língua de Sinais Compartilhada na Fronteira

(LSCF) ou LIBRALSU¹⁸, vemos na foto abaixo a materialização deste artefato político:

Fotografia 6 - Movimento Setembro Azul



Nessa fotografia temos um movimento político no mês de setembro de 2015, uma das atividades do “Movimento Setembro Azul” em defesa das línguas de sinais e da alteridade surda, esta é uma narrativa fotográfica de uma atividade que mobilizou a Comunidade Surda da Fronteira, integrando-se às atividades e movimentos políticos dos dois países, Brasil e Uruguai, que no mês de Setembro mobilizam-se em defesa da comunidade surda.

Nessa oportunidade a comunidade surda distribuiu um folheto que divulgava as línguas de sinais faladas na fronteira, LIBRAS e LSU, compartilhando momentos de luta em defesa dos direitos da comunidade surda, independente de ser ela uma comunidade surda de Santana do Livramento ou de Rivera, mas unidos pela causa surda partilharam um interesse, informar a comunidade ouvinte sobre as línguas faladas pelos surdos e assim produzir, apresentar e fazer circular seus significados compartilhados.

Na foto é possível ver os surdos deste lugar em um movimento político, em uma postura militante, a presença da comunidade surda num lugar simbólico, o

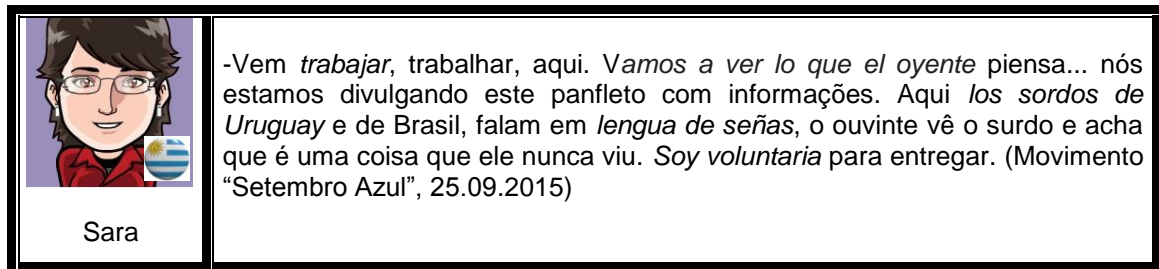
¹⁸ Sobre a LIBRALSU me deterei em dissertar no próximo subcapítulo.

Parque Internacional, em um movimento político de resistência surda para que fossem vistos pela comunidade ouvinte.

Vemos ainda na foto, o panfleto que foi distribuído a população, marcando a luta pelo reconhecimento das línguas de sinais (LIBRAS e LSU), como bandeira de luta desta comunidade.

Esta comunidade surda vem buscando se articular para fazer ver seus significados frente à comunidade ouvinte e inclusive sobre a própria comunidade surda, mostrando os encontros que acontecem nessa fronteira, para dizê-los em sua singularidade e não em um comparativo com outras comunidades surdas.


Abaixo uma próxima narrativa, que foi produzida neste mesmo dia de mobilização política:



Precisamos ser vistos, diz o fragmento acima, “o ouvinte vê o surdo e acha que é uma coisa que ele nunca viu”, com este fragmento consigo mostrar um pequeno recorte dos movimentos que a Comunidade Surda da Fronteira empreende, em que fronteiriços compartilham um campo de lutas de produção e negociação de significados da cultura surda; fazendo-se ver pelo ouvinte. Independente de nacionalidades abrigam-se no Parque Internacional para defender as línguas de sinais dessa comunidade, pois tomam como suas: a Língua Brasileira de Sinais e a *Lengua de Señas Uruguaya*.

Como é possível ver ainda, na complexidade da tradução do texto em língua de sinais, que hora se dá em LIBRAS, hora em LSU ou em LIBRALSU e foi traduzido de maneira arbitrária hora para o Português, hora para o Espanhol e para o *Portuñol*.

Em outra narrativa, consigo encontrar novamente alguns argumentos para dizer que os surdos da fronteira se mobilizam em defesa das línguas de sinais, vejamos a narrativa abaixo:

	<p><i>-Buenos días, ya es tarde. Estamos acá los sordos, usando camisa celeste. Distribuyendo en el Brasil y en el Uruguay, los panfletos, mira (mostra panfleto do movimento Setembro Azul/ 2015 e diz), es muy bueno. Yo distribuí varias, acá, ajá, en el punto de autobus, en el táxi y pronto. (Movimiento “Setembro Azul”, 25.09.2015)</i></p>
Alceu	


Penso que através desses movimentos políticos essa comunidade surda vem empreendendo uma luta pelo direito de se comunicar, se expressar e se reconhecer através das línguas de sinais a partir da experiência visual. O que tem se traduzido, nessa fronteira, como uma luta em defesa da LIBRAS e da LSU; entendo que, o que está em questão é a defesa da garantia de se comunicar através de uma língua viso-manual, levando em consideração a experiência visual como garantia de comunicação e de compartilhamento de significados.

Nas narrativas que trarei nos próximos subcapítulos, poderemos ver como se dá a comunicação e o compartilhar das línguas na fronteira como um artefato cultural linguístico, quando esses sujeitos compartilham o dia a dia através da experiência visual.

5.1.4 Pertencimento a comunidade surda

Neste subcapítulo trago narrativas que me falam de um sentimento de pertencimento a esta comunidade surda, como um discurso de resistência e estranheza em que os surdos se narram fora de um “padrão surdo de ser” e optam por pertencer a uma comunidade surda, arriscada, aberta, que habita uma fronteira também de pertencimento, entre o pertencer ou não a uma determinada forma padrão de comunidade surda.

Vejamos a narrativa abaixo, que será tomada pelo pertencimento:

	<p><i>-¡Hola! Buenas noches! Mi nombre es ... mi seña es esta. Yo nací en Montevideo, en el Uruguay. - Mi familia siempre cambia de ciudad, Montevideo, Salto, Paraguay. Ahora vivo aquí en Livramento y Rivera. - ¡Me gusta acá, es muy legal! (Campanha Comunidade Surda da Fronteira - Somos nós. 2015)</i></p>
Sara	

Na narrativa de Sara, vemos um comunidade surda que se dá também através de um sentimento de pertencimento, vemos este sentimento quando ela nos conta que mudou para vários lugares: “Montevideo, Salto, Paraguay”, mas que agora vive em “Livramento y Rivera”, se referindo a esse lugar/encontro, ela opta em pertencer a essa comunidade ao enunciar “!Me gusta acá!”, sua casa é a fronteira, seu “estar em casa” que nos diz de um pertencimento a partir do reconhecimento cultural como surda fronteiriça, que opta em pertencer a uma Comunidade Surda da Fronteira.

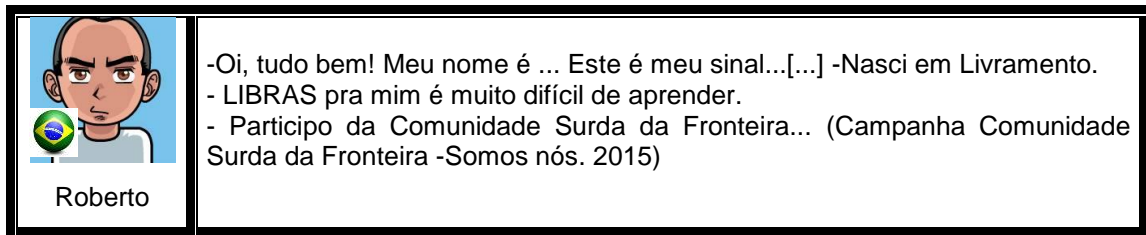
Uma comunidade surda que não cabe em um conceito estereotipado de uma comunidade surda brasileira e nem de uma comunidade surda uruguaia, quando estas se produzem pensadas através de um purismo linguístico, pois falam em LIBRAS ou em LSU, como comunidades usuária apenas de uma destas duas línguas de sinais.

Digo que essa parece ser uma comunidade surda composta por pessoas com identidades produzidas num contexto de negociação na fronteira entre o que é ser surdo em seu país de nascimento e a necessidade de reconhecimento cultural de pertencimento a algo que é da ordem vivida nos encontros, nessa “zona de contato” (BAUMAN, 2013 p. 34), para dizer-se uma Comunidade Surda da Fronteira.

Retomo aqui, o pertencimento como *“la percepción de pertinencia es un aspecto de la identidad social o grupal. Es la sensación subjetiva que tienen los miembros de un grupo de pertenecer al grupo em cuestión”* (PELUSO, 2010, p. 24).

Esta sensação de pertencimento ao grupo, a partir de um sentimento subjetivo de identificação, fez com que a comunidade que se abrisse arriscadamente ao “outro” e a todos aqueles que se reconhecem pertencentes a ela, independente da nacionalidade ou da língua, ou melhor, forjando uma comunidade que não se estranha pela nacionalidade ou pela língua, mas se reconhece pela experiência visual.

Trago agora mais algumas narrativas de sujeitos que se dizem pertencer a essa comunidade, não por compartilharem uma língua, mas pela opção entalhada no discurso de resistência e estranheza que abriu a possibilidade de eles passarem a partilhar e compartilhar interesses e se produzirem culturalmente através da experiência visual.



Roberto já com quase 40 anos, nasceu ouvinte, devido a um acidente de trabalho perdeu a audição; admite-se como participante dessa comunidade surda ao mesmo tempo que expressa sua dificuldade em aprender e se expressar em língua de sinais. A história de vida de Roberto me faz refletir sobre sua opção, ainda que se julgando não fluente em língua de sinais, o que tem operado é um sentimento de pertencimento, de “estar em casa” (BAUMAN, 2003) em uma comunidade surda que não refuta as diferenças, que tem suas noções de contorno impregnadas pelos modos de ser em uma fronteira, refletindo descontornos de forma arriscada, mas ainda assim confortáveis a todos aqueles que dizem dela “sua”.

Dentre as “pessoas do lugar”, que integram esta comunidade surda, temos ainda, sujeitos que pouco se comunicam por uma das línguas de sinais e também não são oralizados ou são pouco oralizados. Vejamos a imagem abaixo:



Esta imagem discursiva deixa registrada a opção de Denis em se sentir como integrante dessa comunidade, manifestada através de seu avatar, Denis não deixou nenhum registro sinalizado ou escrito, somente através desta sua produção, podemos pensar que ele compartilha deste sentimento de pertencimento a esta comunidade surda.

Trago abaixo, uma outra narrativa de pertencimento que se dá de maneira singular na fronteira, a narrativa de Bárbara que é pensada aqui, também através da produção de seu avatar e das bandeiras que acompanham a imagem:



Brasileira, uruguaia, americana, não necessariamente nesta ordem, ou sem a necessidade de ordenar; “como devemos ‘pensar’ as identidades descritas nas relações de poder, constituídas pela diferença, pelas disjunturas?” (HALL, 2013, p. 30). “Essencialmente, presume-se que a identidade cultural seja fixada ao nascimento, seja parte da natureza, impressa através do parentesco e da linhagem de genes, seja constitutiva do nosso eu mais interior.” (HALL, 2013, p. 30).

A identidade como produção e não como essencialismo genético-nacional precisa ser pensada aqui. Como podemos pensar na história de vida de Bárbara, que nasceu no Uruguai (Rivera), cresceu e estudou nos Estados Unidos e retornando para Rivera em 2013 e convive na Comunidade Surda da Fronteira. Fala em Língua Americana de Sinais (ASL) e escreve em Inglês, consegue se comunicar em LIBRAS e está aprendendo a escrever em Português; é casada com um surdo uruguaio que fala em LSU.

Parafraseio Hall (2013, p. 48) ao dizer que: a “naturalização” do termo descritivo “surdo” para todo o Brasil ou para todo o Uruguai, opera sua própria forma de silenciamento em nosso mundo, fazendo ocultar outras e diferentes formas de ser surdo, ou de pertencer a uma comunidade surda singular através das experiências das pessoas do lugar, pois “Sempre existiram muitas maneiras distintas de” (HALL, 2013, p. 87) ser surdo.

Bárbara pertence a esta Comunidade Surda da Fronteira, ao compartilhar seus significados, quando ela produz um “avatar” para identificá-la como membro desse grupo, ela nos diz que tem um sentimento de pertencimento a comunidade, ainda que no estranhamento das línguas ela venha se constituindo como sujeito nesse contexto; não mais ou apenas brasileira, ou uruguaia, ou americana, mas surda em uma Comunidade Surda da Fronteira que a acolhe em sua singularidade.

E assim, esta comunidade surda que vem se produzindo, nos encontros entre fronteiriços, entre surdos e ouvintes, professores, intérpretes, que se produzem em

língua de sinais através da experiência visual compartilhada em uma comunidade surda aberta e discordante.

Penso que as narrativas dos sujeitos dessa comunidade nos apresentam novas e inesperadas formas de se perceber no mundo e se perceber pertencente a uma comunidade surda, e penso que essas novas formas de se perceber não têm compromisso com um purismo linguístico como vimos até agora e veremos mais detalhadamente no próximo subcapítulo.

5.1.5 Línguas de Sinais Compartilhadas

Trago uma última categoria analítica para pensar as línguas de sinais compartilhadas na fronteira, a questão das línguas de sinais costura a dissertação do início ao fim e gostaria de pensá-la nesta última possibilidade de análise que trago.

Pensar as línguas de sinais na forma como elas são faladas na fronteira, é um desafio; pois entendo que é a língua que dá a possibilidade do acontecimento dos encontros na fronteira e do compartilhar através da experiência visual, dando assim as condições para produção simbólica da cultura surda na fronteira.

Pensar sobre as línguas de sinais compartilhadas na fronteira me é possível porquê: entendo a língua como um artefato cultural que se constrói e se mantém em construção, a língua como elemento cultural vivo e dinâmico, pensado a partir da sociolinguística, uma língua com suas “variações linguísticas geográficas, sociais e estilísticas” (QUADROS & KARNOPP, 2004, p. 23).

Na visão da universalidade implica que fatores geográficos e culturais não são influentes na determinação e mudança histórica do sinal. Sabe-se, todavia, que as línguas de sinais são distintas e que há dialetos em tais línguas como os há nas línguas orais. (QUADROS & KARNOPP, 2004, p. 33).

A língua também está sendo pensada aqui, como um ato político desta comunidade que produz um discurso de resistência ao enunciar sobre uma língua de sinais compartilhada nesta experiência do encontro na fronteira.

Este encontro que se dá como um acontecimento, possibilita um fluir entre as línguas de sinais, um fluir “não-regrado”, “incapturado” que atravessa as relações do falar; uma língua viva que produz um sujeito, ao mesmo tempo que esse a produz,

sujeitos aqui envolvidos produzem uma diferença, são duas línguas implicadas: de dois países diferentes, identidades culturais distintas, mas que produzem “algo” juntas; um terceiro espaço de vida e de experiência, que cria e se movimenta.

Um movimento que, parafraseando Bhabha (2013, p. 37, 38), pode ser pensado com um “meio caminho (que) une as origens diaspóricas ‘intervalares’, como sujeitos que “habitam uma borda intervalar. E a inscrição dessa existência fronteiriça [...] cria uma imagem discursiva na encruzilhada”.

Retomo ainda o entendimento que trago nesta dissertação, de pensar a partir de uma perspectiva socioantropológica, os falantes das línguas de sinais, os surdos, como sujeitos culturalmente diferentes, penso então a língua e especificamente esta língua que emerge neste contexto, como um elemento cultural produzido pela comunidade surda em que ao mesmo tempo a produz como comunidade, a produz como uma comunidade linguística singular deste lugar.

Uma comunidade linguística é um grupo de pessoas que age por meio do discurso [...] os membros de uma comunidade linguística podem falar de um modo tão semelhante que cada qual pode compreender o outro, ou podem se diferenciar, a ponto de pessoas de regiões vizinhas chegarem a não se entender umas às outras (L. Bloomfield, apud. 1970, p.44, CALVET, 2002, p. 103).

Uma língua de sinais compartilhada na fronteira, em que “os membros de uma comunidade linguística podem falar de um modo tão semelhante que cada qual pode compreender o outro”, como vimos no excerto acima; sendo que através dela os surdos se relacionam nesta fronteira, produzem verdades e são produzidos discursivamente.

E é nos encontros nesta fronteira entre o Brasil e o Uruguai, onde os surdos falam em LIBRAS e LSU, que emerge deste acontecimento um “artefato cultural linguístico” Strobel (2009), produzindo neste interstício a diferença.

Este artefato linguístico, pensado aqui como uma Língua de Sinais Compartilhada na Fronteira, utilizo os termos Língua de Sinais Compartilhada na Fronteira (LSCF), LIBRAÑOL ou LIBRALSU, buscando dar letras aos enunciados dos surdos fronteiriços sobre como se comunicam e se relacionam nesta fronteira, em função do sinal dado pela comunidade surda a esta forma de se comunicar.

Para dar conta da necessidade de significar esta experiência os surdos da fronteira acunharam um sinal, que vem carregado de significado pois traduz o que

representa esta relação entre a LIBRAS e a LSU, esta forma de compartilhar a língua através de sinais, que cria, que produz a própria forma singular de se dizer sobre o que se diz; um sinal compartilhado onde se encontram os sinais de LIBRAS e *la senã de LSU*, e nomeia uma terceira coisa que acontece com as línguas de sinais na fronteira e que foi inicialmente traduzido como LIBRAÑOL ou LIBRALSU.

A palavra LIBRAÑOL é uma tradução deste sinal léxico que nomina este encontro entre a LIBRAS e a LSU, foi batizado por esta Comunidade Surda da Fronteira e arbitrariamente traduzida e incorporada ao vocabulário local, assim como a imagem do sinal que é arbitrário ao designar esta forma diferente de se comunicar. Abaixo apresento uma imagem discursiva do sinal de LIBRAÑOL ou LIBRALSU:

Fotografia 7 – LIBRALSU



Na foto temos o sinal léxico de LIBRALSU em língua de sinais, executado em frente ao corpo no espaço neutro com as duas mãos abertas, a mão direita com três dedos estendidos (polegar, indicador, dedo médio) tomando como empréstimo linguístico o sinal de LSU, e a mão esquerda com todos os dedos estendidos, tomando como empréstimo linguístico o sinal de LIBRAS; as duas mãos se encontram em frente ao corpo em um movimento circular para cima e para baixo.

Este sinal que enuncia sobre a forma como os surdos se comunicam na fronteira, foi inicialmente traduzido como LIBRAÑOL por mim e pelo Professor

Cristiano Vaz, posteriormente foi traduzido como LIBRALSU, por mim, pela Professora Cristina Bentancurt (*Escuela 105*) e outros atores surdos e ouvintes desta comunidade surda e posteriormente discutido com o Professor Leonardo Peluso.

Faço o registro aqui, que inicialmente acunhei a tradução deste sinal como LIBRAÑOL, em colaboração com o Professor Cristiano Vaz, mas que o mesmo não foi completamente à favor desta tradução, pois o professor tinha o entendimento que esta palavra faria inferência as línguas orais compartilhadas nesta fronteira, o Português e o Espanhol e do Portuñol que emerge deste encontro como uma terceira forma de comunicação.


A palavra LIBRAÑOL faria inferência a LIBRAS e o ESPA(ÑOL), dando uma conotação errônea e deixando margem para uma interpretação de uma experiência de contato entre uma língua de sinais e uma língua oral. Já a tradução LIBRALSU faz inferência ao encontro de duas línguas viso-manuais na fronteira, a LIBRAS e a LSU, nominando a língua que emerge destas relações, como uma nova constituição própria desta Comunidade Surda da Fronteira.

A discussão sobre a tradução deste sinal léxico para a língua oral só foi possível à medida que pude me debruçar sobre esta temática e em colaboração com esta comunidade surda e as pesquisadores citados acima. Em função dessas traduções as narrativas surdas que trouxe como materialidade analítica para esta dissertação, trazem a tradução deste sinal como LIBRAÑOL; porém, digo que uso de agora em diante a tradução deste sinal léxico como LIBRALSU.

Esta relação entre a LIBRAS e a LSU, produz uma forma de dizer sobre o surdo na fronteira em LIBRALSU, estes sujeitos se autorizam a produzir e serem produzidos através de seus enunciados; este artefato cultural linguístico que atravessa todos os demais artefatos culturais, “*la lengua representa su propia cultura*” (SARQUIS, 1997), porque os produz e é legitimado pelo grupo.

Na próxima narrativa trago esta nova constituição, no entendimento da língua como um fluir vivo e como experiência que não obedece, que não se submete a marcos legais ou geográficos; em uma fronteira que não divide, mas que une dois povos, culturas, línguas, tem-se a produção de uma língua que não se fecha em si, mas mesclam-se babélicamente, “A condição babélica da língua não é só a diferença entre as línguas, mas a invenção da multiplicidade da língua na língua.” (LARROSA & SKLIAR, 2011, p. 19).

A língua já não é mais “uma” e não encontra pureza em si, mas um interstício de relações em que esta comunidade se produz e é produzida; nesta produção compartilham-se as línguas e compartilha-se a própria vida através delas.

 <p>Luciano</p>	<p>- Bom, LIBRAÑOL... no Brasil, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no Uruguai, <i>Lengua de Señas Uruguai</i> (LSU), as duas juntas, misturadas LIBRAÑOL.</p> <p>- Eu preciso aprender um pouco das duas, principalmente porque... deste lado é LIBRAS, do lado de lá LSU. As línguas misturadas... LSU para mim é um pouco difícil, já LIBRAS é mais fácil. (Campanha Comunidade Surda da Fronteira -Somos nós. 2015)</p>
--	---

Quando na narrativa acima, Luciano diz: “Aqui tem duas línguas, aqui na Fronteira pode”, ele está narrando a forma como ele se constitui falante nesse lugar, a forma como ele *comparte* com seus pares um artefato linguístico singular; tomo novamente o “aqui-agora” em Larrosa e Skliar (2011) para falar dessa experiência como acontecimento.

Esse “aqui na Fronteira pode” lido como o “aqui-agora” do acontecimento, “nos obriga a reler os binarismos como formas de transculturação, de tradução cultural, destinadas a perturbar para sempre os binarismos culturais do tipo aqui/lá” (HALL, 2013, p. 119); como os binarismos do tipo LIBRAS/LSU já não encontram morada nesse “aqui-pode” e não cabem mais dentro de uma representação binária, mas da diferença.

Essa nova constituição produzida nesse encontro como *différence*:


uma diferença que não funciona através de binarismos, fronteiras veladas que separam finalmente, mas são também *places de passage*, e significados que são posicionais e relacionais, sempre em deslize ao longo de um espectro sem começo nem fim. (HALL, 2013, p. 36).


Pensada como “*différence*” esta Língua de Sinais Compartilhada não representa um consenso ou um acordo entre línguas, como sinais artificiais combinados; pelo contrário, emergem das relações e da experiência do falar num atravessamento entre as línguas deste lugar.


Os surdos da fronteira não falam apenas uma língua de sinais, seja ela a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ou a *Lengua de Señas Uruguaya* (LSU); mas muitos são fluentes nas duas línguas, e por vezes apresentam uma forma de

bilinguismo entre as línguas de sinais, como já vimos em narrativas anteriores e vemos na narrativa abaixo; “quando um indivíduo se confronta com duas línguas que utiliza vez ou outra, pode ocorrer que elas se misturem em seu discurso e que ele produza enunciados ‘bilíngues’ (CALVET, 2002, p. 33)

Vejamos as narrativas abaixo:

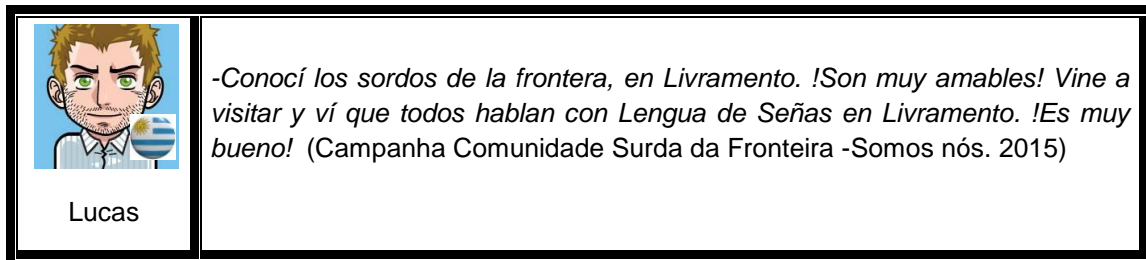
 <p>Karina</p>	<p>sei 4 línguas, 2 línguas de sinais: LIBRAS do Brasil e Lengua de Señas (LSU) do Uruguai, as outras duas são: A língua oral do Brasil, e a língua oral espanhol. (Campanha Comunidade Surda da Fronteira -Somos nós. 2015)</p>
---	--

 <p>Fabrício</p>	<p>- Eu sou oralizado. Sei falar Português e um pouco de Espanhol. LIBRAS e também um pouco de sinais do Uruguai misturado LIBRAS e LSU. - Um pouco dos dois países Brasil e do Uruguai. (Campanha Comunidade Surda da Fronteira -Somos nós. 2015)</p>
--	--

 <p>Alceu</p>	<p>-Tudo bem! Eu nasci no Uruguai [...] - Num grupo de um surdo amigo conversei sobre várias coisas em LIBRAS. - Eu sei LIBRAS também. (Campanha Comunidade Surda da Fronteira - Somos nós. 2015)</p>
--	---

Os surdos da fronteira se comunicam ainda através de uma terceira língua de sinais, traduzida como LIBRALSU; que não é nem brasileira, nem uruguaia; mas dos surdos que habitam este tempo-espaço de fronteira.

Os encontros da língua de sinais na fronteira operam com a lógica do vivido, da experiência; o que acontece é um fluir entre as línguas de sinais na fronteira, um fluir “não-regrado”, “incapturado” que atravessa as relações do falar.



Nesta narrativa Lucas diz: “*Vine a visitar y ví que todos hablan con Lengua de Señas en Livramento*”, ele está a narrar um encontro entre os que compartilham a experiência visual na fronteira e que tem como efeito as línguas de sinais compartilhada na fronteira. Ele veio ao Brasil, mas ainda assim todos podiam se comunicar em língua de sinais.

Percebendo que a experiência visual não obedece e não se submete a marcos legais ou geográficos em uma fronteira que não divide, mas une dois povos, culturas e línguas, tem-se a produção de outras e novas coisas que não se fecham em si, mas mesclam-se babélicamente.

Nesse acontecimento singular dos encontros dessa comunidade surda na fronteira Brasil/Uruguai, penso ter se constituído, através da experiência de ser falante de uma língua de sinais em uma experiência “*compartida*” uma Comunidade Surda da Fronteira, que borra as fronteiras.

5.1.5.1 Breves considerações sobre as línguas de sinais em contato na fronteira

Isso, que as línguas nacionais são línguas de Estado, também é óbvio, porém talvez tampouco seja demais lembrar todo o poder e toda violência que existe por trás disso que chamamos de mapas linguísticos. (LARROSA & SKLIAR, 2011, p. 19).

Penso ser importante neste momento poder discutir sobre o espaço de fronteira e o surdo; tentando compreender que não é pela regulamentação da língua de sinais em forma de leis no Brasil e no Uruguai que as identidades surdas se mobilizam e colocam em funcionamento a possibilidade de constituição de uma Comunidade Surda da Fronteira.

Trago aqui brevemente a regulamentação das leis das línguas de sinais, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no Brasil através da Lei nº 10.436/2002 e a *Lengua de Señas Uruguaya* (LSU) no Uruguai reconhecida através da *Ley* nº17.378/2001, para dizer que estas leis para estas duas línguas de sinais que se

encontram na fronteira tentam legislar sobre atos linguísticos destas duas comunidades.

Porém, não passam de mera tentativa de estabilizar, demarcar uma língua falada no cotidiano das experiências, do acontecimento do encontro entre uma comunidade surda de Santana do Livramento e uma comunidade surda de Rivera, algo que não pode ser capturado pelas leis, mas está na ordem dos encontros das línguas de sinais na fronteira e produzem uma terceira forma de ser, estar e se comunicar com o mundo, legitimada por esta comunidade surda em suas narrativas.

Olho para os movimentos e operações com as leis para as línguas de sinais na fronteira e para a singularidade da língua de sinais de cada país: a LIBRAS e a LSU, entendendo que estas línguas dão a condição de possibilidade dos surdos dizerem sobre o ser surdo, em uma comunidade que compartilha redes de significados, se comunica e se produz neste encontro.

Esta comunidade surda legítima em seus enunciados uma língua de sinais que se constitui no interior desta comunidade surda que se movimenta na fronteira, pois a língua se constitui no interior das relações, no dia a dia da comunidade, nos encontros na fronteira, “o lugar desses contatos pode ser o indivíduo (bilíngue, ou em situação de aquisição) ou a comunidade” (CALVET, 2002, p. 27).

As identidades nacionais não são algo com as quais nascemos, são construídas no interior das representações. Todos pertencemos a uma ideia abstrata do que é ser um brasileiro ou um uruguaio, por exemplo. Sendo assim, a ideia de nação não é apenas a de um território com fronteiras, centralizado politicamente e unido por uma mesma “língua”. Mesmo em uma região de fronteira, como é o caso de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai), o sentimento de inclusão em um território que possui uma “língua” nacional existe de fato. O trânsito livre entre as duas cidades/ dois países, os inúmeros laços matrimoniais entre uruguaios e brasileiros e outros tipos de relações (culturais e comerciais, por exemplo) não impedem a lealdade linguística coletiva, determinada territorialmente (SANTOS, 2008, p. 87).

Faço referência então as línguas orais faladas na fronteira, num encontro entre o Português e o Espanhol; a comunidade ouvinte na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, compartilha um bilinguismo; “*un léxico compartido entre el portugués y el español de frontera*” (Bertolotti & Coll, p.83, p. 61), que na união das duas línguas neste espaço de fronteira, cria implicações no plano lexical.

Este contacto linguístico en la zona de frontera, que lleva por lo menos dos siglos, tiene consecuencias en el plano léxico que merecen una especial

atención. Se trata de la creación de un dominio léxico común entre español del Uruguay e el portugués del Brasil, convergência léxica que al tempo que une estas variedades entre sí las distingue del resto de las variedades de sus respectivas lenguas.” (Bertolotti & Coll, p. 83).

Também nas línguas de sinais entre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a *Lengua de Señas Uruguaya* (LSU), venho dizendo através da análise dos enunciados dos surdos da fronteira, Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai) que há uma comunidade surda neste local que vem legitimando uma forma dos surdos dizerem de si e do mundo, uma forma de bilinguismo entre estas línguas de sinais, que produzem um artefato cultural linguístico.

Os falantes das línguas orais na fronteira compartilham um “domínio léxico comum” entre o Português e o Espanhol, denominado como “Portunhol” (Bertolotti & Coll, p. 83) ou “Fronterizo”, marcado pelo encontro destas línguas orais na fronteira; um caminho linguístico que ao mesmo tempo que as congrega, as distingue do restante de possibilidades de variedades linguísticas de cada língua; fazendo um movimento singular dentro do plano lexical.

Ocorre que as línguas de sinais também se encontram neste contexto de zona de contato linguístico na fronteira e este movimento começa a ser visto no discurso dos surdos, conforme trouxe nas análises.

Alguns estudos sobre as línguas orais na fronteira na relação entre o Português e o Espanhol, feitos por Trindade, assim como em Behares e Fonseca (1995, p. 17), aceitam:

a existência de um conjunto de falares fronteiriços, que chamaremos Português Gaúcho de Fronteira (daí por diante PGF) [...] acreditamos também que estes falares não são muito diferentes dos que existem no território uruguaio, tem maior abundância bibliográfica-técnica e que são denominadas por ELIZAINCÍN e BEHARES (1981), como Dialetos Portugueses do Uruguai (daí por diante DPU).

Não consigo dizer que a LIBRALSU é um dialeto ou uma variedade linguística da LIBRAS ou da LSU, prefiro aceitar ainda que provisoriamente a ideia que defendo nesta dissertação, da possibilidade de um terceiro espaço em que esta Comunidade Surda da Fronteira se produz, a partir das línguas de sinais que falam, produzindo um artefato cultural linguístico próprio deste lugar, pensado na “*différence*”.

Nessa fronteira, do Rio Grande do Sul com os países da bacia do rio da Prata, sobretudo na zona fronteira do Brasil com o Uruguai, há ainda uma

terceira "língua", que não é nativa, não é a do imigrante, não é a do Estado. É a que funciona como mais uma nas práticas linguísticas de grande parte da população fronteiriça e que resulta do cruzamento das línguas portuguesa e espanhola, da extensão ou do influxo de uma língua em território linguístico da outra. [...] Essas práticas foram designadas de dois modos: o portunhol – que abrange uma maior extensão de contato, ainda que com caracterizações discutíveis, e pouco definido enquanto fenômeno de contato linguístico e os DPUs – Dialetos Portugueses do Uruguai – que gozam de um reconhecimento maior, de pesquisas e estudos regulares da linguística internacional. (STURZA, 2005, p. 48).

Prefiro pensar que a experiência do “*Portuñol*”¹⁹ garante a convivência e as relações entre brasileiros e uruguaios ouvintes que dividem os mesmos espaços físicos e culturais.

Estudos de Sturza (2005) apontam que “este espaço desterritorializado é o que coloca as nossas línguas da fronteira em situação de contato” (STURZA, 2005, p. 48), e faz-nos caminhar para a constituição de línguas e identidades multiculturais entre os falantes do Português e do Espanhol, em que o melhor termo que encontramos para designar essa comunhão é o bilinguismo, através da interação entre “portunhol” ou “fronterizo”, utilizados como sinônimo, uma variedade dialetal, constituída aquém das línguas padrão de cada país.

Os estudos apontados acima falam da situação de conato das línguas orais na fronteira, porém neste espaço territorial também habita uma parcela da população que se utiliza de uma língua viso-manual não descrita nestes estudos; a LIBRAS e a LSU que estão em contato na fronteira entre o Brasil e o Uruguai nas cidades de Santana do Livramento e Rivera e permeiam a comunicação entre os surdos brasileiros e uruguaios, em um sistema linguístico heterogêneo, aquém de uma dualidade.

¹⁹ Portunhol (português) ou *Portuñol* (Espanhol).

E compreendo melhor por que é que tive há pouco tantas dificuldades em começar. Sei agora qual é a voz que eu gostaria que me precedesse, que me conduzisse, que me convidasse a falar e que se alojasse no meu próprio discurso. (FOUCAULT, 1970, p. 22)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esta escrita encontrei-me comprometida em falar da Comunidade Surda da Fronteira, como pesquisadora e participante, não havendo como desamarrar da minha experiência de vida a minha percepção das coisas que acontecem nas cidades-gêmeas, na fronteira entre Santana do Livramento/Rivera.

Sobre o encontro entre duas cidades que produzem um acontecimento singular, fazendo com que brasileiros e uruguaios produzam neste contexto uma identidade fronteiriça.

Foi neste contexto que empreendi uma tarefa de tentar “organizar as pegadas esperssas para produzir um simulacro de estrada [...] imaginar (descobrir? inventar?) uma progressão” (BAUMAN, 2012, p. 9) para narrar uma comunidade surda que habita este lugar.

Percebi assim, que nessa estrada não tenho como caminhar pelas beiradas e só me restou trilhar um caminho por dentro das relações, como uma “pesquisadora ativista- militante” deslizando o termo Deleuziano de um ativismo militante de uma política “menor”, pois é uma estrada onde se caminha junto com aqueles que são pesquisados.

E ao me produzir dentro deste movimento, sei que: sou guia, mas também sou guiada, produzo sujeitos no meu discurso, mas também sou produzida nessas relações, considerando que “mais importante do que anunciar o futuro, parece ser produzir cotidianamente o presente, para possibilitar o futuro” (GALLO, 2013, p. 59).

Sabendo disto, empreendi durante a escrita desta dissertação um esforço na tentativa de um distanciamento, pela necessidade de olhar rigorosamente para os materiais e operar com eles, para dar visibilidade ao discurso; a esse discurso, que está à margem, sobre esta **Comunidade Surda da Fronteira**, pois penso aqui, que ela se constituiu efetivamente através desse lugar “da margem”, da resistência, da diáspora que movimenta o discurso da experiência de falar em uma língua de sinais, possível através da experiência visual *compartida* como uma maneira de ser e estar no mundo.

Digo ainda, que esta escrita está enraizada em um contexto local e não pretendi com ela buscar verdades totalitárias²⁰ que sirvam de modelo absoluto, ao

²⁰ [...] pretensão totalizadora, que pode ser considerada como o mais aterrorizante dos mitos modernos. (LARROSA, 2011, p. 51)

contrário, encontra sentido em uma perspectiva que compreende não existir uma essência de verdade, mas que as verdades são fabricadas num dado momento histórico, social, particular; e que a realidade não é “um dado externo a ser acessado pela razão, mas é, sim, o resultado de uma construção interessada” (VEIGA-NETO, 2014, p. 50), construção essa imersa em uma singularidade regional, política, histórica e cultural que produz a comunidade surda de que falo.

Dentro deste entendimento,

estudar a emergência de um objeto – conceito, prática, ideia ou valor – é proceder à análise histórica das condições políticas de possibilidades dos discursos que instituíram e “alojam” tal objeto. Não se trata de onde ele veio, *mas como/de que maneira e em que ponto* ele surge.” (VEIGA-NETO, 2014, p. 61).

Sigo aos encaminhamentos finais da escrita sem a intenção de esgotar o assunto, mas ponderando sobre a tese com a qual dissertei: da experiência visual compartilhada neste encontro na fronteira, surge uma cultura surda através das línguas de sinais faladas pelos surdos fronteiriços e uma produção de artefatos culturais que transitam nesse espaço da fronteira, produzindo as condições de possibilidades para pensar a **Comunidade Surda da Fronteira**.

Em função desta hipótese dissertei sobre como os surdos da fronteira tem a possibilidade de estar, pelo fazer-se *compartido*, legitimando uma forma de dizer sobre essa comunidade surda, em suas características peculiares, através da experiência visual compartilhada ou “*compartida*”.

Faço neste momento apontamentos na expectativa de rever brevemente a forma como operei as análises, porém minha intenção não é encerrar com a temática, mas caminhar para a finalização desta escrita retomando os pontos que pensei aqui relevantes, entendendo que essa escrita se dá nas condições de possibilidades que tive até o momento.

Como primeiro apontamento digo que ao olhar para os enunciados/narrativas dos sujeitos de uma comunidade surda que habita uma fronteira borrada, nas cidades-gêmeas de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai), operei o entendimento que as narrativas dos sujeitos, aqui envolvidos produzem uma rede discursiva onde é possível dizer sobre uma Comunidade Surda da Fronteira.

Uma Comunidade Surda da Fronteira que se dá através da experiência visual *compartida* entre os surdos fronteiriços, a experiência visual como elemento

constituente da experiência do “ser surdo”, que dá as condições de possibilidades dos encontros dessa comunidade surda, a experiência visual como uma necessidade que movimenta uma “busca”, uma diáspora no trânsito no “entre” Brasil/Uruguai, uma busca dos surdos para se relacionarem e se produzirem no mundo.

Produzi para as minhas análises a experiência *compartida* através de cinco perspectivas:

O trânsito que movimenta a diáspora na fronteira opera uma fuga, que está sendo traduzida aqui como uma “busca” pelos encontros dos surdos fronteiriços para se produzirem em língua de sinais através da experiência visual, essa busca produz identidades surdas borradas e modos de vida que são singulares no compartilhar, o que faz, a meu ver, emergir dessas relações um tipo de cultura surda produzindo modos de vida que são singulares dessa comunidade.

Uma cultura surda que pode ser vista através dos artefatos culturais compartilhados, produzidos, apresentados e postos em circulação, por esta comunidade, como uma cultura surda local, produzida pelas experiências visuais “*compartidas*”. Ao compartilharem, apresentarem e fazerem circular os artefatos culturais que emergem das experiências “*compartidas*” dos surdos fronteiriços, esta comunidade surda no “entre” o Brasil e o Uruguai, dá a existência, uma forma singular de cultura surda, que dá as condições de possibilidades de se pensar uma “**Comunidade Surda da Fronteira**” em sua singularidade.

Nesta busca pelo compartilhar, as instituições de ensino (a escola regular, escola de surdos e a Universidade), se dão como espaços de nucleamento que proporcionam o encontro e articulação desta comunidade surda, como um marco de resistência, como espaços e lugares de encontro da comunidade.

Esta comunidade surda que compartilha a língua de sinais, através da experiência visual, tem compartilhado um sentimento de pertencimento a Comunidade Surda da Fronteira, como um discurso de resistência e estranheza em que os surdos se narram fora de um “padrão surdo de ser” e optam por pertencer a uma comunidade surda, arriscada e aberta.

Uma última perspectiva analítica aponta para uma nova constituição, que emerge das relações nesse lugar, da ordem do encontro, no interstício da experiência visual, uma línguas de sinais compartilhadas na fronteira, pois nos encontros nesta fronteira em que os surdos falam em LIBRAS e LSU, emerge deste

acontecimento o que penso ser um “artefato cultural linguístico” Strobel (2009), uma língua de sinal compartilhada na fronteira, pensada como diferença.

Este artefato cultural linguístico foi traduzido por esta comunidade surda como LIBRALSU, e designa uma língua de sinais produzida e compartilhada neste encontro, como uma língua que constitui a comunidade. A comunidade como efeito do encontro destes surdos na fronteira, produzidos pelas línguas de sinais que falam através da experiência visual compartilhada, “uma comunidade linguística pode se constituir de pessoas que pensam ou querem pertencer a essa comunidade” (CALVET, 2002, p. 105).

Assim essa comunidade surda que se dá na experiência de falar em uma língua de sinais, possível através da experiência visual como uma maneira de ser e estar no mundo, tem sido produzida a partir de um trânsito que movimenta a diáspora, produz artefatos culturais próprios de uma cultura surda local e tem operado um sentimento de pertencimento para os surdos fronteiriços, produzido no discurso de resistência e estranheza ao se reconhecerem culturalmente pertencentes a uma comunidade desnacionalizada, borrada.

Essa comunidade surda que foi narrada e nomeada aqui como uma “Comunidade Surda da Fronteira” ou “*Comunidad Sorda de la Frontera*”, foi pensada aqui como:

um compreensível desejo de permanecer em comum; para o qual acreditaram imprescindível sua autodenominação. A frase “demo-nos um nome” equivale ao ato fundacional da comunidade, ao pacto social que funda a soberania de uma coletividade, cujo nome garante que a memória repousa sobre um objeto real” (LARROSA, 2011, p. 34).

Penso nessa comunidade como uma comunidade fora da lógica da representação, dentro da “frágil abertura da diferença que, frente ao *uno*, corrói, não obstante, as condições institucionais de poder e saber”, uma “comunidade política”, (LAROSSA & SKLIAR, 2011, p. 76) em que o entre habita as maneiras de fazer-se *compartida*, no singular, através da experiência visual.

Uma comunidade em sua singularidade, longe do “mito da comunidade plena”, que instaura a supressão da pluralidade e da diferença; longe da comunidade pura que se comunica apenas por uma legalizada forma de ver, compreender e habitar o mundo, mas no acontecimento do múltiplo que habita cada experiência e que atravessa cada vida.

Com as narrativas que compuseram a materialidade analítica, propus fazer ver que não há como outorgar um sentido de pureza, que sustentaria um "[...] mito arquetípico cultural que sustenta que cada cultura se funda em um padrão que outorga sentido pleno à vida de todos seus membros" (LARROSA & SKLIAR, 2011, p. 127), mas pensar na “experiência viva de uma comunidade que escapa, por todas as partes, [desse] mito da comunidade” (LARROSA & SKLIAR, 2011, p. 16).

Tensionei mediante os enunciados dessa comunidade, o imperativo de comunidade surda, vista como uma unidade; que se consolida a partir de uma língua de sinais, como padrão de pureza, para pensar a Comunidade Surda da Fronteira como produzida pela necessidade dos surdos de uma experiência visual “*compartida*”.

Assim, encontrei alguns argumentos analíticos para dizer de uma **Comunidade Surda da Fronteira**, como uma, em sua singularidade, produzindo-a como diferença no múltiplo e não como a mesma do outro que tenta engessar as relações dentro de uma lógica da mesmidade.

Já não há mais uma “Torre”, vemos operando aqui a desconstrução do projeto moderno de unanimidade; há um “Parque” e duas bandeiras, uma fronteira, cidades-gêmeas, em que habita uma comunidade discordante, alterada, impura, arriscada, aberta; nos dizendo em seu discurso da resistência “basta de uma comunidade”, mas uma pluralidade de comunidades” (LARROSSA & SKLIAR, 2011, p. 29), em suas singularidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jonas Rangel. **Experiência, acontecimento e educação a partir de Foucault**, Vol. 6, nº 2, 2013.

ALVES, Iulo Almeida. ALVES, Tainá Almeida. **O perigo da história única: diálogos com Chimamanda Adichie***. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Disponível em: <http://bocc.unisinos.br/pag/alves-alves-o-perigo-da-historia-unica.pdf>. Acesso em: 10 de Maio de 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio Sobre o Conceito de Cultura**, Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Zygmunt Bauman; tradução Plínio Dentzien. – Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BEHARES, Luis Erneto, DÍAS, Carlos Ernesto. **Os Sons da Nossa Terra, *Producto Artístico –Verbales Fronterizos***. Universidad de la Republica, Departamento de Publicaciones, Montevideo, Uruguay. 1998.

BEHARES, Luis Erneto. **Segundo Seminario sobre Educación y Lenguaje em Área de Frontera**/ Luis Ernesto Behares, Universidad de la República, 1997.

BERTOLOTTI, Virginia, COLL, Magdalena. **Retrato Lingüístico sobre las lenguas em la región**. Facultad de Información y Comunicación. Editado por Ediciones Universitarias (Unidad de Comunicación de la Universidad de la República-Ucur), 2013.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**/ Homi K. Bhabha; tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláudia Renate Gonçalves. – 2 ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BRASIL. Lei nº 10.436, 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, de 25 de Abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm >. Acesso em 13 de Dezembro de 2014.

BRASIL. Portaria nº 125, de 21 de Maio de 2014, Ministério da Integração Nacional, Gabinete do Ministro, que estabelece o conceito de cidades-gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição, **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, de 24 de Mar. 2014 (nº 56, Seção 1, pág. 45). Disponível em: http://www.lex.com.br/legis_25369237_PORTARIA_N_125_DE_21_DE_MARCO_D_E_2014.aspx . Acesso em 24 de Julho de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação da Cultura, **Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=56513>. Acesso em: 03 de Abr. de 2015.

CALVET, Louis-Jean, **Sociolinguística: uma introdução crítica**/ Louis-Jean Calvet; tradução Marcos Marcionilo. – São Paulo: Parábola Editorial, 2002, 160p. 18cm.

CAMATTI, Liane. **A emergência do sujeito pedagógico surdo no espaço de convergência entre comunidade e escola de surdos**. 2011. 91 p. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, 2011.

CAMATTI & LAZZARIN. **Cultura e Comunidade Surda: intersecções e emergência do sujeito pedagógico surdo no espaço escolar**. Liane Camatti e Márcia Lazzarin, Revista de Educação Especial de Santa Maria, jan-abr, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/1435>. Acesso em: 03 de Mar. de 2016.

DALESSANDRO, Silvia. **Brasiguaios ou Urugualeños: pedagogia cultural na fronteira traduzida em imagens e palavras**. 2007. p.113. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Luterana do Brasil, 2007.

FABRIS & KLEIN. **Inclusão e biopolítica/** Elí T. Henn Fabris, Rejane Ramos Klein, (organizadoras). – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Michel Foucault: tradução de Luiz Felipe Baeta Neves – 3 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970, tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio, Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1996.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em Educação**. Rosa Maria Bueno Fischer. Cadernos de Pesquisa, n.144, p.197-223, novembro de 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>. Acesso em: 17 de Ago. de 2015.

GALLO, Silvio. **Eu, o outro e tantos outros: educação, alteridade e filosofia da diferença**. Disponível em: <http://gajop.org.br/justicacitada/wp-content/uploads/Eu-o-outro-e-tantos-outros-S%C3%ADlvio-Gallo.pdf>. Acesso em: 27 de Mar. de 2016.

GESSER, Audrei. **Libras?: Que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda/** Audrei Gesser; [prefácio de Pedro M. Garcez]. – São Paulo: Prábola Editorial, 2009.

GOMES, Anie. **O Imperativo da Cultura Surda no plano conceitual: emergência, preservação e estratégias nos enunciados discursivos**. 2011. 101 p. Dissertação (Mestrado em Educação Especial)-Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-modernidade**, tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro, Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo**. Educação e Realidade: Cultura, Mídia e educação, v. 22, n. 3 jul. – dez. 1997.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**/ Stuart Hall, Organização Liv. Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende. 2. Ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

KARNOPP, Lodenir Becker. **Produções Culturais em Língua Brasileira de Sinais (Libras)**, Lodenir Becker Karnopp, Letras de Hoje, Porto Alegre, set. 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/12616/9930>. Acesso em: 14 de Out. de 2014.

KARNOPP, Lodenir Becker. KLEIN. Madalena, LUNARDI-LAZZARIN Márcia Lise, **Cultura Surda na Contemporaneidade**, negociações, intercorrências e provocações/ organizado por Lodenir Becker Karnopp, Madalena Klein, Márcia Lunardi-Lazzarin. – Canoas: Ed. Ulbra, 2011.

LARROSA & SKLIAR. **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**/ organizado por Jorge Larrosa e Carlos Skliar; tradução de Semíramis Gorini de Veiga. – 2. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

_____. **Notas sobre a experiência e o saber de experiências***. Universidade de Barcelona, Departamento de Linguística, Espanha, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>. Acesso em 10 de Out. de 2015.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez e Educação** / Maura Corcini Lopes – Belo Horizonte; Autêntica, 2007.

LOPES, André Camargo. **Por trás da imagem, ‘o olhar’: o uso da fotografia em estudos culturais**, Domínios da Imagem, Londrina, Ano III, n. 6, p. 53 -66, maio 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/23230/16999>. Acesso em 10 de Out. de 2015.

LUNARDI, Márcia Lise. **Língua, cultura e identidade: 2º semestre**/ Márcia Lise Lunardi, Graciela Marjana Kraemer. – revisão pedagógica e de estilo Prof^a. Ana Cláudia Pavão Siluk. Ed. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Pró-Reitoria de Graduação, Centro de Educação, Curso de Graduação a Distância de Educação Especial, 2005.

MATTELART, Armand, 1936. **Introdução aos estudos culturais**/ Armand Mattelart, Érik Neveu/ [trad.] Marcos Marcionilo. – São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

PELUSO, Leonardo. **Sordos y ojetes en un liceo común, investigaciones e intervención en un contexto intercultural**. Editoria Psicolibros Universitarios, Montevideo, Uruguay, 2010.

PELUSO & LODI. **La visualidad de los sordos. Consideraciones políticas, lingüísticas y epistemológicas**/ Leonardo Peluso e Ana Claudia Balieiro Lodi. Pro-Posições, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v26n3/0103-7307-pp-26-03-0059.pdf>. Acesso em 02 de Jan. de 2016.

PERLIN, Gladis; MIRANDA, Wilson. **Surdos: o narrar e a política**. Estudos Culturais – Ponto de Vista: Revista de Educação e Processos Inclusivos, Florianópolis, n. 5, UFSC/NUP/CED, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1282/4249>. Acesso em 04 de Abr. de 2016.

QUADROS, Ronice Muller de. **Língua de sinais brasileira/ estudos linguísticos/ Ronice Muller de Quadros e Lodenir Becker Karnopp**. –Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTOS, Glaucia Felismino dos. **Contato lingüístico na região de fronteira brasil/uruguai: a entoação dialetal em enunciados assertivos e interrogativos do português e do espanhol, 2008. p. 212**. Dissertação (Mestrado Letras Neolatinas). Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ. 2008.

SÁNCHEZ, Andrea Quadrelli. **A FRONTEIRA INEVITÁVEL**. Um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva antropológica. 2002. p. 209. Tese (Doutorado em Antropologia Social)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais/ Tomaz Tadeu da Silva. (org.)**. Stuart Hall, Kathryn Woodward. 14. ed.-Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOUZA, Ricardo Luiz. **O poder e o conhecimento: introdução ao pensamento de Michel Foucault/ Ricardo Luiz Souza**. – Salvador: EDUFBA, 2014.

SKLIAR, Carlos. A surdez: **Um olhar sobre as diferenças/ Skliar, Carlos. (org.)**. – 6.ed.- Porto Alegre: Mediação, 2013.

SKLIAR, Carlos. **Educação & exclusão: abordagens socioantropológica em educação especial/ Skliar, Carlos (org.)**. – 7. Ed. – Porto Alegre: Mediação, 2013.

SUMAIO, Priscila Alyne. **Sinalizando com os Terena: um estudo do uso da LIBRAS e de sinais nativos por indígenas surdos**. Revista Espaço, Instituto Nacional de Educação de Surdos, jan-jul, 2015. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/seer/index.php/revista-espaco/article/view/17/29>. Acesso em 12 de 15 de Jun. de 2016.

STURZA, Eliana, **Línguas de Fronteira: o desconhecido território das práticas linguísticas nas fronteiras brasileiras**. Revista: Línguas do Brasil/Artigos Cienc. Cult. vol.57 no.2 São Paulo Apr./June 2005. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252005000200021&script=sci_arttext. Acesso em: 10 de Set. 2014.

STROBEL, Karin. **A imagem do outro sobre a cultura surda/ Karin Strobel**. 2. ed. Ver. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

TRINDADE & BEHARES. **Fronteira, educação, integração/ Aldema Menine Trindade, Luiz Ernesto Behares, (org.)**. – Santa Maria: Pallotti, 1996.

TRINDADE, Adelma Menine. **Educação e linguagem em áreas de fronteira Brasil-Uruguai** / Adelma Menine Trindade, Luis Ernesto Behares, Miriane Costa Fonseca – Santa Maria: Pallotti, 1995.

URUGUAY. Ley nº 17.378, 10 de Julio de 2001. **Registro Nacional de Leyes y Decretos**. Reconoce a todos los efectos a la lengua de Señas Uruguayas como la Lengua Natural de personas Sordas e de sus comunidades em todo el território de la Republica. Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/ AccesoTextoLey.asp?Ley=17378&Anchor=>>> Acesso em 13 de Dezembro de 2014.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Cultura, Culturas e Educação**. Revista Brasileira de Educação, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a01>. Acesso em: 29 de Abr. de 2015.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. 3. Ed. ; 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. **Inclusão, exclusão, in/exclusão**. 2011. Disponível em <<http://revistas.pucsp/index.php/verve/article/view/14886>> Acesso em 15 de novembro de 2014.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Michel Foucault e os Estudos Culturais**. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). Estudos Culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema,... Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2004. p. 37-69.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da linguística/ Brabara Weedwood**; [trad.] Marcos Bagno. – São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e emocional**: a perspectiva dos Estudos Culturais. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 07 – 72.

ANEXOS

ANEXO A - MODELO DO TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO

Eu,,
de nacionalidade, número do Documento de
Identidade (Cédula)....., concordo em participar, da Pesquisa de
Mestrado de Mariana Pereira Castro Figueira, desenvolvido para o Programa
de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), junto a
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Campus Santana do
Livramento.

Autorizo que minha identidade seja revelada, assim como, autorizo a
publicação e o uso de minha imagem e produções de artefatos culturais
produzidos durante o Projeto de Extensão Curso "Produção de Artefatos da
Cultura Surda da Fronteira" nos anos de 2014, 2015 e 2016; assim como minha
história de vida coletada durante a execução do Projeto.

Atesto que recebi informações e explicações sobre a Pesquisa que está
sendo desenvolvida, intitulada inicialmente como "Cultura Surda na
Constituição de uma Comunidade Surda na Fronteira" e ciente que, para fins
acadêmicos minha identidade será revelada, assim como minhas produções e
histórias de vida, assino abaixo.

Assinatura